

**A DEFESA
ACUSA**

**Os comunistas
portugueses
perante a polícia
e os tribunais fascistas**

Edições « Avante! » — Abril de 1969

A DEFESA ACUSA

Os comunistas portugueses perante a polícia e os tribunais fascistas

— Introdução —

A história da actividade revolucionária dos comunistas portugueses está cheia de muitos e gloriosos exemplos de firmeza política, de dedicação e abnegação sem limites, à causa da classe operária e do povo português.

Sujeitos às maiores torturas policiais por parte da PIDE, — bárbaros espancamentos, tortura da « estátua », tortura do « sono » e toda a espécie de torturas morais — centenas e centenas de militantes comunistas souberam portar-se dignamente, recusando-se a prestar quaisquer declarações aos inimigos do nosso povo. Muitos deles, tais como MILITÃO RIBEIRO, ALFREDO DINIZ, FERREIRA MARQUÊS, FERREIRA SOARES, AUGUSTO MARTINS, GERMANO VIDIGAL, JOSÉ MOREIRA, DIAS COELHO, e tantos outros, pagaram com a própria vida a sua firme conduta de comunistas. Todos eles foram friamente assassinados pela PIDE ao serem presos ou após longos dias de tortura.

Juntamente com a PIDE, os Tribunais Plenários de Lisboa e Porto, constituem uma parte essencial do aparelho repressivo em que o regime fascista se apoia para oprimir o povo português. Nos Tribunais Plenários, os Juizes não decidem de acordo com qualquer lei que garanta os direitos dos cidadãos, mas seguindo as directrizes e instruções do governo fascista e da própria polícia. Dão uma cobertura legal ao regime de violência e aos crimes da PIDE.

Ao intervirem perante tais tribunais, embora sem reconhecerem a sua legalidade, enfrentando mil e uma dificuldades e obstruções sistemáticas, os comunistas têm em vista a denúncia dos crimes e da ilegalidade do regime em que a existência desses mesmos tribunais se inscreve.

Da forma como têm sabido utilizar essa tribuna, são exemplos a brilhante contestação do

saudoso camarada Bento Gonçalves, secretário geral do Partido Comunista Português, enviada ao tribunal em 1936 e a já célebre intervenção do Secretário Geral do Partido Comunista Português, camarada ÁLVARO CUNHAL, ao ser julgado em 1950. Desde então, muitos outros militantes comunistas seguiram o seu exemplo. Ao serem julgados, aproveitaram essa oportunidade para denunciarem as torturas e crimes da PIDE, a ruínosa política económica do governo, a guerra colonial e o arbitrio do regime político fascista, expondo e defendendo, ao mesmo tempo, a linha política do Partido.

Após o desaparecimento do ditador Salazar da cena política portuguesa, o novo chefe do governo, Marcelo Caetano, não só mantém intacto o odioso aparelho repressivo fascista como ainda o fortalece e, apoiado nele, prossegue a política de repressão, a despeito de toda a demagogia « liberalizante » com que procura mascarar a sua acção governativa.

Através da presente publicação, damos a conhecer alguns exemplos de firme conduta ante a polícia e o tribunal, por parte de camaradas que se encontram encarcerados há longos anos nas masmorras fascistas.

Devido à impossibilidade técnica da sua publicação integral, que daria um grande volume, publicam-se apenas extractos (por vezes apenas curtas passagens) das defesas e contestações (muitas das quais de grande valor político e contendo exposições sistematizadas sobre a situação política nacional e internacional e a orientação e actividade do P.C.P.).

Deve referir-se ainda que muitos camaradas foram espancados e expulsos das salas dos tribunais quando corajosamente insistiam na defesa do seu Partido e na denúncia dos crimes do fascismo.

Joaquim Pires Jorge

Militante revolucionário desde muito jovem, Joaquim Pires Jorge tornou-se um destacado dirigente do Partido Comunista Português em cujas fileiras milita há mais de 30 anos. Membro do Secretariado do Comité Central de 1951 a 1961, foi preso a última vez em Dezembro de 1961. A sua acção política está estreitamente ligada à gloriosa actividade do Partido da classe operária e do povo português na luta contra o fascismo, em defesa dos interesses dos trabalhadores; na luta pela liberdade, a democracia e a independência nacional.

Deportado para África ainda muito jovem, Pires Jorge esteve posteriormente preso em Angra do Heroísmo, na Espanha franquista e em várias prisões do continente.

Face à polícia que o torturou mais de uma vez, frente aos carcereiros fascistas, tal como ante os tribunais, manteve sempre uma digna atitude de firmeza e intransigência revolucionária. Actualmente encarcerado na Fortaleza de Peniche, a sua vida corre perigo pois, com mais de 60 anos e encontrando-se doente, é alvo constante do ódio fascista.

Publicamos a seguir extractos da sua intervenção no Tribunal Plenário que o condenou em 30 de Novembro de 1962, na pesada pena de 10 anos de prisão e «medidas de segurança».

(...)

«Foi por meio de uma sublevação militar que o regime actual se apoderou do poder em 1926. A esta primeira violência contra um governo democrático legalmente instituído, outras se lhe seguiram.

O Parlamento foi dissolvido e a constituição atirada para o cesto dos papeis, a existência dos partidos políticos foi proibida e proibidos foram também os direitos de reunião e de associação; a censura foi estabelecida e fechados vários jornais; encerraram-se os sindicatos operários e camponeses, as associações académicas e outras associações livres e prenderam-se os seus dirigentes, comunistas, anarquistas, democratas de outras tendências e operários sem partido que manifestaram a sua hostilidade ao regime às suas arbitrariedades, foram presos e deportados.

Milhares e milhares de portugueses têm sido presos, torturados e condenados a pesadas penas no decorrer destes 36 anos. E não são poucos os que perderam as vidas nas cadeias e por serem atirados para climas inóspitos.

Tarrafal, com o seu cemitério onde jazem tantos patriotas dignos do nosso respeito e homenagem; fortaleza de S. João Batista, em Angra do Heroísmo, fortaleza de Peniche, Aljube de Lisboa, cadeia de caxias e cadeia da PIDE no Porto, todas elas, cadeias privativas da PIDE, todas elas testemunho da brutal repressão existente contra o povo.

Pejada de violências e arbitrariedades está a imposição ao país do corporativismo e da sua complicada rede de organismos, justamente considerado pelo povo como forma de opres-

são económica e política.

Impossível relatar aqui as violências, coacções e arbitrariedades contra os que, em oposição ao regime, têm no decorrer dos anos, participado nas «eleições» seja para os sindicatos nacionais e outros organismos seja para as Juntas de Freguesia, Assembleia Nacional ou Presidência da República, que dão a medida dos actos violentos e coercivos, das arbitrariedades e da repressão que o regime utiliza como forma de se manter no poder.

Em nome da civilização ocidental, do anti-comunismo e da «harmonia de classes» esbulha-se o povo dos seus direitos e da liberdade, e os que se negam a viver de joelhos e lutam pela democracia e pelas suas aspirações mais sentidas, são alvo da repressão policial. A repressão exercida contra as forças populares no 1.º de Maio em Lisboa, Porto, Aljube e outros pontos do país e contra o movimento dos estudantes universitários, são exemplos bem esclarecedores do carácter do regime.

A história do regime caracteriza-se, pois, por insurreição militar contra o regime democrático, pela violação violenta das leis e instituições democráticas, operárias e camponesas, pela repressão violenta e brutal contra os que lutam pela elevação do nível de vida, contra os que desejam reganhar as liberdades a que têm direito e que, como patriotas sinceros e dedicados, lutam por um Portugal livre, democrático e pacífico.

Entretanto, e apesar de todos estes corolários de violências e arbitrariedades, teima o governo em se apresentar como legal, acusando

do Partido Comunista Português de pretender mudar as formas de governo por meios violentos.

Efectivamente, o caminho que o Partido Comunista Português preconiza é o de opôr às violências e arbitrariedades do regime do capital financeiro e da burguesia monopolista, a violência em massa da Nação.

Para que o levantamento nacional seja uma realidade, o Partido Comunista Português chama a classe operária, os camponeses, a juventude e todo o povo a lutar e a organizar-se num poderoso e invencível movimento de unidade e de Acção, por um Portugal livre e democrático.

Declaramos, entretanto, que se o problema político português pudesse ser resolvido por

meios pacíficos, esse, por ser o menos doloroso para os portugueses e para o país, seria o caminho escolhido pelo Partido Comunista. Mas como o governo se nega a ouvir as forças democráticas e a satisfazer as aspirações políticas e económicas dos portugueses e usa a violência contra as mais pacíficas manifestações populares, a solução justa e legítima é de responder à violência com a violência. A responsabilidade deste facto cabe unicamente ao governo que fecha a porta à solução pacífica do problema político português.

E se há que julgar e condenar os partidários da violência, do que fica exposto se conclue que não deve ser o Partido Comunista nem os seus militantes a sentar-se no banco dos réus. Outros terão de ser julgados e condenados.

Fernando Blanquim Teixeira

Membro do Comité Central do Partido Comunista Português, actualmente encarcerado na Fortaleza de Peniche.

Preso pela primeira vez em Janeiro de 1956, Blanquim Teixeira, portou-se valentemente, recusando-se a prestar quaisquer declarações à PIDE, apesar de bastante torturado. Evadiu-se no ano seguinte, tendo retomado o seu posto de combate, da luta clandestina, nas fileiras do Partido.

Preso pela segunda vez em Maio de 1963, Blanquim Teixeira manteve, tal como da primeira vez, uma conduta heróica ante a PIDE, recusando-se a prestar quaisquer declarações, pelo que foi de novo alvo do ódio da policia politica salazarista.

As torturas a que foi submetido denunciou-as ele próprio ante o tribunal fascista que o condenou na pesada pena de 10 anos de prisão e «medidas de segurança».

O que segue, são extractos da sua intervenção no Tribunal Plenário, em 11 de Março de 1965.

«Antes de mais queria referir-me à resposta sobre a minha profissão. Sou na verdade, engenheiro químico industrial mas importa esclarecer que a perseguição que o regime me tem movido, aliás desde bem novo, desde quando não tinha concepções políticas bem definidas nem actividade politica de qualquer especie, era ainda estudante e simplesmente defendia as aspirações duma juventude sã e solidária, tal perseguição, dizia, dificultou-me sempre e impediu-me depois de exercer verdadeiramente a minha profissão. Por outro lado a minha profunda convicção que o objectivo da vida tem de estar intimamente ligado ao melhoramento das condições de existência do homem, para mim, portanto, das condições de existência do meu povo, tem de estar ligado, quanto a mim, à construção do socialismo no meu país, levou-me a aceitar as responsabilidades inerentes a um membro do Partido Comunista Português que interessa a este lhe dedique todo o seu tempo e esforço.

Quero agora referir-me à acusação. O tribu-

nal deve saber que não respondi a quaisquer perguntas que a policia politica me tenha feito. Esta era a única atitude consentânea com a minha posição politica e as minhas convicções. Mas o que o tribunal não saberá por ventura, é que não conheço as perguntas dos autos, que nunca me foram feitas ou lidas tais perguntas. Na verdade o que se passou foi o seguinte. Fui preso em Coimbra no dia 6 de Maio de 1963, pouco depois das 7 da manhã, tendo sido acordado pelo barulho da violenta destruição da porta da casa onde me encontrava. Só me permitiram vestir o minimo indispensável tendo-me sido difficil conseguir mesmo levar um lenço comigo. Desde os objectos mais pessoais até toda a roupa, de tudo fui desapossado. Ainda hoje, apesar dos meus repetidos pedidos à policia politica que me fez chegar, por razões que desconheço, uma carteira e um retrato, mantêm em seu poder todas essas coisas das quais destaco, por exemplo, uns óculos graduados, que a ninguém pode fazer geito mas a mim fazem muita falta,

o relógio de pulso, retratos de pessoas de família, caneta, lapiseira, etc, etc.

No próprio dia fui imediatamente levado para Lisboa e por volta do meio dia já me encontrava num pequeno quarto do último andar do Aljube onde havia uma cadeira para me poder sentar. Nesse mesmo dia pedi para escrever à minha família e como nada possuía, foi a polícia política que me forneceu um postal e caneta para eu escrever, o que fiz no dia 7. Mas esse postal, com poucas e simples palavras, que fora autorizado nunca foi enviado para o correio. Claro que se trata dum pequeno pormenor em tudo o que se iria passar mas é, quanto a mim, um pormenor elucidativo. Poucos dias depois talvez a 9, minha família soube da minha prisão, não evidentemente pela via natural que a polícia política fechara da forma como descrevi. E, mais um pormenor tem interesse dizer que meu pai andou do Aljube para a sede da PIDE e desta para aquele, várias vezes vários dias, porque se negavam sequer a confirmar que eu estivesse em algum dos lados. Só no dia 24 de Maio, dezoito dias depois de ter sido preso, me foi permitido uma visita de 15 minutos com os meus familiares.

Porque se passou isto assim? É que entretanto desde o dia 6 até ao fim do dia 18 eu era mantido naquele pequeno quarto do Aljube tendo simplesmente uma cadeira para me sentar, de dia e de noite, guardado por agentes da polícia política que tinham a desumana missão de não me deixarem dormir. Estive assim 13 dias na chamada «tortura do sono», uma das formas mais usadas pela polícia política para fazer as suas «investigações.»

As consequências de tão horrível tratamento são muito grandes para a saúde mas apesar disso fui em seguida metido numa das celas do Aljube, as chamadas «gavetas», onde permaneci quase 6 meses isolado, sem me terem permitido ler qualquer coisa e com a correspondência autorizada a maior parte das vezes cortada sem qualquer razão. Apesar dos esforços feitos por mim e por minha família, e da própria opinião expressa por médicos sobre a necessidade de leitura dado o esgotamento cerebral que as torturas me tinham causado e de que ainda hoje sofro, nunca tal foi consentido. A tortura do sono constitui um sofrimento muito intenso. O isolamento em que estive depois nas condições indicadas é — o também.

Para finalizar o tempo da «preparação do processo» na véspera de ser enviado para a cadeia de Peniche, fui conduzido à sede da PIDE para simplesmente ser agredido a soco e a pontapé e ameaçado de morte. Nada fiz que provocasse tal agressão, que, aliás, era uma agressão a um preso. Depois fui para Peniche e para além de tudo que aí se tem passado e que hoje é já conhecido de todo o lado não posso deixar de referir aqui dois factos: Em primeiro

lugar nunca me foi permitido contactar com o meu advogado pois a condição da presença de um funcionário da cadeia significa uma verdadeira proibição; em segundo lugar, como prova de grande arbitrariedade e desumanidade, estou proibido desde Setembro passado e para sempre de receber a visita de meu pai naquela cadeia. O pretexto utilizado parece ser o facto de meu pai ter protestado contra as atitudes incorretas, provocatórias de guardas prisionais.

Nesta súplica de alguns factos vividos após a minha prisão é evidente que se encontram nítidas, muitas e graves ilegalidades. Mas é claro que não se trata dum problema pessoal. Tal tipo de ilegalidades e ainda mais graves, mesmo muito graves, são o fruto diário dum regime que se mantém pelo terror e não há desmentidos nem mentiras que consigam esconder esta realidade da vida portuguesa.

Ora é exactamente um tal regime, caracterizado pelas suas ilegalidades, que me acusa de fazer parte duma organização que diz ser ilícita, secreta e subversiva. Na contestação que apresentei ao tribunal e que teve de vencer também as barreiras e ilegalidades levantadas contra a minha defesa, mostro a inconsistência desta acusação. Aqui importa agora só salientar que se as ilegalidades do regime, do tipo das que aponte e muitos outros tipos, não são julgados e são julgados os antifascistas portugueses, a razão não está na qualidade dos crimes destes mas sim na qualidade do regime em que vivemos.

O que importaria analisar não seria, pois, a natureza dos meus «crimes» mas sim a natureza e as consequências do regime actual. Foi isso que procurei fazer ao escrever, há mais de um ano, pouco depois de me ter sido entregue o despacho de renúncia, a contestação a que já me referi. Nela se encontra a minha defesa política pois, como o tribunal sabe muito bem, a minha vinda ao Plenário e os meus direitos de defesa não pode deixar de estar intimamente ligada ao desmascaramento da natureza (e das graves consequências) da actual situação política portuguesa.

Agora, no tribunal basta-me completá-la e interessa-me explicar quais são, no fim de contas, os verdadeiros «crimes» dos comunistas. Para sistematizar apresentá-los-ei em três aspectos.

O primeiro aspecto refere-se ao problema essencialmente político que, aliás, se encontra na base de todos. Eu explico:

A situação política portuguesa é fundamentalmente caracterizada pela manutenção, há dezenas de anos, dum regime em que foram esmagadas as liberdades democráticas, em que foram proibidos todos os partidos políticos, com excepção do Partido Fascista, a União Nacional e todas as actividades que visem a defesa dos interesses dos trabalhadores e as as-

pirações populares em que um amplo aparelho repressivo impõe, pelo terror, a continuação no poder dos grandes monopolistas, aliados ao imperialismo estrangeiro, e dos grandes senhores da terra. Isto é um regime fascista.

(...).

Por isso o primeiro aspecto dos « crimes » dos comunistas é o desejarem o fim do regime fascista e a instauração das liberdades democráticas. Desejarem - no e lutarem por tal objectivo.

(...).

O segundo aspecto dos « crimes » dos comunistas liga-se à situação económica, social e cultural do país.

Embora isto contradiga o que os dirigentes do país apregoam, a verdade é que Portugal é hoje o país mais atrasado da Europa, económica, social e culturalmente, e isso sucede, como disse, em consequência do regime político existente no país.

No aspecto económico, por mais esforços que se façam para mascarar a realidade sabe-se que a capitação do rendimento nacional é actualmente a mais baixa da Europa e nitidamente distante da de qualquer outro país europeu.

No que respeita à agricultura, durante demasiado tempo procurou o « Estado Novo » explicar que a estagnação agrícola era consequência da natureza do clima, da qualidade da terra e até da mentalidade dos agricultores. Agora, apesar de tudo se fazer ainda no sentido de desviar o pequeno e médio campesinato das verdadeiras razões da sua ruína, apesar de se voltar ainda, de novo, aos velhos chavões de « solos pobres e clima variado », por todo o lado pequenos e médios camponeses estão erguendo a sua voz de protesto e vai-se lhes tornando claro que as causas dessa ruína, que são também as causas da miséria de todos os outros trabalhadores do campo, estão essencialmente na política dum regime que representa unicamente os interesses dos grandes monopolistas e latifundiários. (...)

A expansão industrial, que tem sido realizada quase só na base do desenvolvimento de alguns grandes monopólios, auxiliados por capitais imperialistas ou servindo-lhes de capa, monopólios que alargam vertical e horizontalmente a sua actividade e centralizam ainda a colheita dos rendimentos, tem sido, apesar disso, extremamente lenta para um país subdesenvolvido, de modo que o seu atraso industrial se vai alargando em relação aos outros países da Europa.

A situação económica portuguesa pode sintetizar-se em muito pouco:

- O mais baixo rendimento per-cápita da Europa e um atraso crescente dessa capitação em relação à dos outros países europeus.

- Uma repartição desse baixo rendimento extremamente desfavorável para os trabalhadores e agravando-se com o decorrer do tempo.

- Um punhado de muito ricos sugando um povo que vive na miséria.

É—por tudo isto que surge o segundo aspecto dos « crimes » dos comunistas que é desejarem:

- A eliminação do poder dos monopólios.
- Uma reforma Agrária que dê a terra a quem a trabalha.

- Medidas capazes de elevar rapidamente o nível de vida das massas trabalhadoras.

Desejarem e lutarem por isso.

O terceiro aspecto relaciona-se com os problemas do colonialismo e da Paz.

O colonialismo tem raízes centenárias no nosso país. É o colonialismo visto na voz activa e na voz passiva. Na verdade Portugal é, há centenas de anos, um país colonialista e um país dependente.

Mas, na altura em que se vive o findar do colonialismo e se fortalece em todo o mundo a luta contra o imperialismo, o facto de existir um regime fascista em Portugal, confere à política do governo características muito específicas.

Evidentemente que um governo que não reconhece a autodeterminação e socava a independência do povo da metrópole, não poderia igualmente reconhecer a autodeterminação e independência dos povos das suas colónias, suas e dos imperialistas que dominam o país.

(...).

Embora os preconceitos colonialistas, activamente alimentados pelo regime possam evidentemente, atingir ainda portugueses não ligados à exploração colonial, a situação de dependência em que o nosso próprio povo se encontra face aos imperialistas mais fortes e a ampla opinião antifascista que anima o povo, permitem mais facilmente que fiquem claros dois aspectos fundamentais da situação política portuguesa:

- A liberdade do povo português é incompatível com a subjugação dos povos coloniais.

- A independência de Portugal é incompatível com o actual domínio imperialista.

(...)

De tudo isto resulta o terceiro e último aspecto dos « crimes » dos comunistas, que é o de desejarem:

- A libertação de Portugal do imperialismo estrangeiro.

- O reconhecimento da autodeterminação e da independência dos povos coloniais.

- Uma política de paz e colaboração com todos os povos.

Desejarem e lutarem por isso.

António Dias Lourenço

Membro do Comité Central do Partido Comunista Português, actualmente encarcerado na Fortaleza de Peniche.

Preso pela primeira vez em Dezembro de 1949, foi barbaramente torturado pela PIDE, recusando-se a prestar quaisquer declarações. Em Dezembro de 1954, evadiu-se audaciosamente do «segredo» da Fortaleza de Peniche, correndo o risco da própria vida, para retomar o seu posto de combate nas primeiras filas da actividade revolucionária do Partido.

Preso pela segunda vez, em Agosto de 1962, Dias Lourenço foi, mais uma vez barbaramente espancado e torturado pela PIDE recusando-se, tal como da primeira vez, a prestar quaisquer declarações aos inimigos do nosso povo.

Ante o tribunal, denunciou as torturas a que foi sujeito, defendendo ao mesmo tempo, a linha política e a actividade revolucionária do Partido. Dias Lourenço foi condenado na pesada pena de 23 anos, 8 meses e «medidas de segurança».

Publicamos a seguir, alguns extractos da sua intervenção no Tribunal Plenário, em 4 de Fevereiro de 1965.

«... É a segunda vez que compareço perante um tribunal desta natureza para ser condenado pelas minhas actividades políticas. Foi também a segunda vez que passei pelas mãos da policia política do regime — a PIDE.

Da primeira, há 15 anos, pude travar conhecimento ao vivo com os conhecidos métodos de tortura dessa policia. Durante mais de 4 horas consecutivas fui espancado com selvejaria a cacetete pelo já então celebrado sub-inspector Fernando Gouveia. Foi o que se pode chamar um espancamento «científico». De maneira sistemática e violenta fui golpeado no tórax, nos rins, no estômago, nos braços, nas pernas — nestas com particular predilecção pelas virilhas, e até nos dedos dos pés. O último golpe atingiu-me os testículos e quase me levou ao desfalecimento. Deste brutal espancamento a cacetete resultaram extensas equimoses por todo o corpo de que fui depois tratado na enfermaria da cadeia do Aljube, onde fui mantido 4 meses numa das suas conhecidas «gavetas». Nesta primeira passagem pela policia estive na chamada tortura do sono cerca de 100 horas numa vez e 48 de outra. E já dessa vez, fiel à linha de educação que recebi do meu Partido, me recusei terminantemente a prestar quaisquer declarações acerca da minha actividade, da actividade do meu Partido ou da minha própria vida privada, como era intento daquela policia.

Nesta segunda vez, baseado na minha instrutiva experiência pude comprovar como os tradicionais métodos de tortura policial se tornaram mais cruéis e refinados. Fui preso às dez horas da manhã do dia 13 de Agosto de 1962 e arremessado com brutalidade ao chão por um numeroso grupo de agentes. Logo nes-

se momento fui algemado duma maneira tão bárbara que o sangue me rebentou dos pulsos. (...)

Nesta primeira fase estive 4 dias e 4 noites na chamada tortura do sono e «apenas» fui mimosado com um violento soco no rosto por um senhor inspector qualquer cujo nome desconheço pelo único facto de me ter recusado a levantar quando «sua excelência» entrou na sala. Fui em seguida levado para a cadeia de Caxias e ali metido num dos seus infectos segredos. Talvez não saibais o que são tais segredos... Trata-se de verdadeiros túmulos subterrâneos, até na conformação, quase sem ar, totalmente desprovidos de luz natural, o que quer dizer que quando a luz artificial não funciona — fui dela privado frequentes vezes — a escuridão é a mais completa. A humidade escorre das paredes e impregna tudo formando tufo de bolôr por toda a parte, até na tarimba e na própria encherga; uma retrete aberta donde por vezes transbordavam os dejectos, quer dizer um verdadeiro buraco insalubre que é um atentado à dignidade e à vida humana. Pois eu estive encerrado nesses infectos buracos 78 dias! (...)

No dia 23 de Novembro fui de novo levado para a sede da PIDE e metido numa das salas do 3.º andar aquele célebre 3.º andar onde, no dizer da policia «a lei não entra»... Não era, porém, uma sala como outra qualquer. Aquela tinha sido guarnecida dum sistema de sobre aquecimento por meio de tubos de vapor dispostos em dois dos ângulos superiores e dois laterais da sala, e além disso, como pude depois comprovar, disseminados sob o próprio pavimento. Este sistema era ainda reforçado por uma poderosa lâmpada o que tudo

tornava o ambiente sufocante; extremamente penoso de suportar. Os próprios agentes da PIDE que se revezavam na sala de 3 em 3 horas chegavam ao seu termo visivelmente encaiorados. Pois eu estive neste ambiente cerca de 4 dias e 4 noites e certamente a polícia se preparava para aí me manter até ao limite da minha resistência física.

«... Assim, além do sistema de sobreaquecimento fui mantido algemado atrás das costas cerca de três dias e três noites e por duas vezes fui atacado por vapores ou emanações que me atacavam a vista e as vias respiratórias os quais eram oriundas duma matéria incrustada nas fendas do sobrado que as emitia uma vez molhadas, o que era feito, como pude comprovar, através de calciras montadas nos compartimentos vizinhos. Fui além disso submetido a três cruéis espancamentos no segundo dos quais deve ter participado mesmo um elemento da alta hierarquia da PIDE cujo nome desconheço, mas que reconhecerei onde quer que o possa encontrar. (...)

Nesta altura o juiz interrompe: — isso que o senhor está a dizer já o sabemos por muitos outros a quem tem acontecido o mesmo. Portanto isso não interessa ao tribunal...

Lourenço: — É bastante significativo o testemunho de V. Ex.^a quanto aos métodos bestiais de tortura utilizados pela PIDE. O meu testemunho interessaria qualquer tribunal que realmente se preocupasse com a forma como este processo foi instruído. Mas no interesse da minha defesa quero ainda acrescentar que o referido policial me arrastou depois pelos cabelos contra a parede e aí de novo me assustou novos golpes de cutelo com a mão para finalizar esta sua «brilhante» actuação ordenou que me vestissem uma camisa de forças e amordaçou-me com uma larga banda de adesivo. Isto aconteceu no último dia que estive na sede da PIDE. À noite, o chefe de brigada Tinoco, que se mostrou dum sadismo e de uma crueldade extraordinária, veio com um numeroso grupo de agentes e vibrou-me inúmeros golpes de cutelo nos tendões do pescoço, no rosto, nos olhos (num deles que ficou entumescido res-sinto-me ainda hoje das lesões sofridas). Depois com a ajuda dos seus sicários e no meio de raivosas ameaças de morte, forçaram-me por meio de violentos socos no rosto a abertura da boca e nela me introduziram um manifesto do P. C. que, vêde, significativamente os chamava de assassinos. Como eu resistisse a esta humilhante tortura, cuspindo várias vezes o papel, fui uma última vez socado e de novo introduziram na boca amordaçando-me novamente com o adesivo. Assim amordaçado e algemado atrás, estive até de madrugada, altura em que este suplício terminou com a inges-

tão forçada de água que me fez engolir o que era já uma pasta do manifesto. (...)

Evidentemente que tal como da primeira vez e como sempre a minha boca permaneceu cerrada para a mais pequena declaração acerca da minha actividade, da dos meus camaradas e do meu Partido. Mas não quero deixar de denunciar aqui os métodos selváticos de tortura que contra mim foram empregados pela PIDE e o carácter criminoso e atentório da dignidade e dos direitos humanos dessa odiosa cabeça do aparelho repressivo do regime.

(...)

Sou membro do Partido Comunista Português desde os meus 17 anos de idade e em breve vou fazer 50. Orgulho-me de ter dado ao meu Partido o melhor da minha vida e da minha actividade e espero morrer coerente com os superiores ideais do comunismo. Sou um trabalhador, filho de trabalhadores e toda a minha vida servi a minha classe e o povo do meu país. É precisamente como trabalhador e português e com a autoridade que me dão os meus 33 anos de membro do Partido Comunista, dos quais mais de 22 numa actividade dirigente, que refuto com energia a acusação de subversivo feita ao meu Partido.

O Partido Comunista, internacionalista pelo seu carácter de classe, é, contudo, uma organização eminentemente patriótica que mergulha as suas raízes no que a Pátria tem de mais autêntico e expressivo: as suas camadas laboriosas e populares, as suas tradições mais progressistas e revolucionárias. Acusar de subversivas as forças e ideias que edificaram e melhor exprimem a pátria.

(...)

Posto isto vejamos então as acusações concretas que me são feitas. Acusa-se-me de ter dirigido a pretensa agitação do mês de Outubro de 1961.

Trata-se de maneira notória, de uma acusação tendente a confundir os dados do problema e a inverter a situação real em que os acontecimentos referidos tiveram lugar.

As acções populares de Outubro de 61 inserem-se na longa e persistente luta dos democratas portugueses para alcançarem por meios pacíficos, inscritos na própria constituição, a liberdade política sistemática e violentamente negada ao povo português pelos actuais governantes.

(...)

Acusa-se-me também de ter dirigido a pretensa agitação de 31 de Janeiro de 62 nesta cidade do Porto. Repito que não responderei a perguntas que vizeem a minha actividade pessoal. Mas a grande manifestação popular de 31 de Janeiro desse ano no Porto de-

ve enquadrar-se no sentexto político que me referi atrás. De facto, coube ao valente povo do Porto dar nessa magnífica jornada um viril exemplo de luta a todo o país. Pelo seu mérito enorme os democratas portuenses devem ser calorosamente saudados. O povo do Porto jamais pode conformar-se com a proibição violenta de comemorar uma data gloriosa que se inscreve no seu património de luta pela liberdade. Foi o que ficou mais uma vez demonstrado através dessa impressionante manifestação de mais de 30 mil portuenses no dia 31 de Janeiro de 62 e mais ainda no dia 8 de Março, em que de maneira tão corajosa souberam enfrentar as brutalidades e violências das forças policiais lançadas contra eles. A acusação que me é feita endosso-a, pois, ao povo do Porto a maior honra dessas lutas.

Com o mesmo sentido deturpador dos factos sou acusado de dirigir a pretensa agitação de 1 e 8 de Maio em Lisboa. Entretanto, mais do que uma acusação pessoal absolutamente irrevelante, deve compreender-se o significado dos acontecimentos nacionais desse mês de Maio de 62. As grandes manifestações, greves e acções populares de vários tipos durante o mês de Maio de 62 evidenciaram a inquebrantável vontade das amplas massas de romper as tre-

vas da opressão fascista. (...)

E para finalizar, sou acusado igualmente de ter dirigido a pretensa agitação estudantil de Outubro de 61 e de Junho de 62.

Também aqui é evidente o propósito de desnaturar o carácter dessas importantes lutas dos estudantes universitários de Lisboa, Coimbra e Porto. Tais lutas trouxeram à superfície as profundas aspirações da jovem intelectualidade portuguesa a uma viragem radical dum política virada contra a cultura e os direitos da juventude portuguesa.

De Outubro de 61 a Junho de 62 os estudantes universitários de Lisboa, Coimbra e Porto lutaram afinadamente pela dignificação e democratização do ensino pela autonomia da universidade, pela defesa das suas associações académicas, pelo direito de organizar e orientar as suas actividades circunsculares, vitalmente ameaçadas pelo celebrado decreto 40.900.

(...)

Quando se destorcem os factos e acontecimentos e dessa destorção se faz matéria de acusação contra o Partido Comunista é evidente que o papel de réu que aqui se quer dar ao meu Partido e a mim próprio cabe inteiramente ao regime e aos seus principais responsáveis. »

Octávio Rodrigues Pato

Membro do Comité Central do Partido Comunista Português, encarcerado actualmente na Fortaleza de Peniche.

Militante do Partido desde muito jovem, Octávio Pato consagrou toda a sua vida à actividade revolucionária, primeiro como dirigente do movimento de Unidade democrática juvenil (Mudj) e, posteriormente, na clandestinidade, como dirigente do Partido Comunista.

Torturado pela PIDE ao ser preso em Dezembro de 1961, recusou-se a prestar quaisquer declarações sobre a sua actividade partidária.

Apresentamos a seguir, alguns extractos da sua contestação escrita enviada ao tribunal Plenário, datada de Novembro de 1962, já publicada no « Militante » n.º 132 de Dezembro de 1964. Octávio Pato foi condenado por esse tribunal em 8 anos e meio de prisão e « medidas de segurança ».

« Ante a PIDE que me prendeu e me submeteu a variados tipos de tortura física e moral, recusei prestar quaisquer declarações ou esclarecimentos sobre a minha actividade política. Igualmente recusei assinar o único auto feito na minha presença. Esta minha atitude foi determinada pelo princípio de que a existência e actuação da PIDE são um atentado às liberdades democráticas a que todo o povo aspira; por considerar a declaração e a renúncia aos ideais que se perfilha a maior das desonras; e porque fazer declarações à PIDE é colaborar com aqueles que fazem da repressão um

instrumento de governação para impedir o povo de expressar o seu pensamento e vontade. (...)

Portugal juntamente com a Espanha franquista, a Alemanha Ocidental revanchista e a Grécia, são os únicos países da Europa onde os partidos comunistas se encontram proibidos pelas leis vigentes.

Quando da sua fundação, em 1921, o Partido Comunista Português desenvolvia também uma actividade inteiramente legal. Mas com o ilegal advento da actual ditadura fascista, o cerceamento das mais elementares liberdades

democráticas, as intensas e brutais perseguições e repressão, forçaram o PCP e os seus dirigentes a viver na clandestinidade. O PCP e os seus militantes, ou renunciavam aos seus ideais patrióticos ou eram forçados a actuar clandestinamente. Não existia outra alternativa.

O PCP possui Estatutos aprovados no seu Congresso e os seus objectivos políticos e os seus meios de acção são divulgados e conhecidos do povo que o apoia, auxilia e aceita as suas directrizes. Não se trata pois de uma « associação secreta, subversiva e ilícita », mas duma organização política patriótica forçada a viver e lutar clandestinamente em consequência da acção ditatorial do governo que não respeita a Constituição por ele próprio forçada e que viola sistematicamente.

(...)

Faço parte dos milhões de portugueses que jamais conheceram o sol da liberdade e tenho sentido na própria carne o carácter das leis e da moral do regime. Dois dos meus filhos—um com dois, outro com seis anos—estiveram presos durante cerca de um mês e não lhes foi permitido receberem qualquer assistência dos familiares, de minha mulher ou meus. Nos primeiros quatro meses da minha detenção fui submetido a uma rigorosa incomunicabilidade e a « interrogatórios » contínuos. Num desses « interrogatórios » fui impedido de dormir durante onze dias e noites. De outra vez, essa « tortura do sono » prolongou-se durante sete dias e noites consecutivas, acompanhada de brutais espancamentos. (...)

Teño orgulho em ser membro do PCP, não engeito as minhas responsabilidades e considero-me solidário com os princípios, com os objectivos e a orientação do meu Partido. (...)

Dadas as difíceis condições da luta dos comunistas portugueses, ser membro do PCP é só por si, sinónimo do mais elevado patriotismo.

Apesar do enorme aparelho policial concentrar o essencial da sua acção contra os comunistas e vezes sem conta ter sido prognosticada e anunciada a destruição do Partido, este não só o não foi, como é, e cada vez mais, a principal força política nacional antifascista. Isto não seria possível sem o activo apoio da classe operária e do povo que veem nos comunistas os mais fiéis interpretes do pensamento e dos anseios nacionais.

Os comunistas visam de facto o objectivo de liquidar a exploração do homem pelo homem e edificar uma sociedade sem classes, o socialismo, fase primária da sociedade comunista. Esta aspiração da humanidade progressista—que no passado muitos consideraram um sonho fantasista—é hoje a mais bela realidade. Em cerca de dezena e meia de países onde vive mais de um terço da humanidade, duma vez e para sempre foi completamen-

te liquidada, ou está em vias de liquidação, a exploração do homem pelo homem. A formação e desenvolvimento do campo socialista tornou-se o factor decisivo e determinante da época actual e a União Soviética, vanguarda e baluarte dos povos amantes da Paz e da Democracia, o primeiro país que quebrou as algemas do sistema capitalista, marcha velozmente na conquista dos cumes da sociedade comunista. (...)

Na actual fase histórica, o objectivo mais imediato e urgente que se coloca aos comunistas portugueses e a todos os patriotas, é o restabelecimento da liberdade e da democracia. Somente um governo democrático e representativo poderá inspirar confiança ao país, realizar uma efectiva política de independência nacional, salvaguardar os interesses do povo e libertar o país do atraso, da miséria e do obscurantismo em que há muito é mantido. (...)

O relógio de Portugal encontra-se enormemente atrasado em relação aos restantes países europeus e esse atraso acentuar-se-á mais e mais à medida que o actual regime se mantiver no poder. Somente um regime democrático poderá acertar o relógio nacional. (...)

No plano económico, político e militar, Portugal deixou de ser um país independente para se tornar num país inteiramente enfeudado às principais potências imperialistas. Os imperialistas norte-americanos, os principais gendarmes contra os povos que anseiam libertar-se, chefiam o agressivo bloco militar da NATO a que Portugal se encontra acorrentado. A NATO não só superintende nas forças armadas portuguesas como criou em território nacional bases aéreas e depósitos de armas atómicas. Em consequência desta aventureira política, a ameaça duma catástrofe paira sobre o país. (...)

Ao referir-se à posição do PCP sobre o problema colonial, um relatório apenso ao meu processo acusa-me de « traição à Pátria » e de « pactuação com os inimigos ».

Existe na verdade um profundo abismo entre a posição dos comunistas e a posição do governo ante o problema colonial português. (...)

Os comunistas, o povo português, nada têm de comum com o « patriotismo » daqueles que arrancam super-lucros das colónias, que cedem aos monopólios anglo-americanos territórios em Angola, Moçambique etc., maiores que Portugal Continental; que exportam anualmente 100 mil negros de Moçambique para as minas da África do Sul e da Rodésia; que submetem os povos coloniais ao atraso secular e ao escravagismo. Estes interesses « patrióticos » são estranhos e opostos aos do povo português. Mas é em defesa dos interesses dos rocciros nacionais e dos monopolistas estrangeiros que se trava a guerra

colonial e se faz correr o sangue generoso da nossa juventude.

Não serão as armas e as tentativas de transformar os soldados em colonos com o objectivo de fixar fortes contingentes de brancos, nem a revisão apressada das leis de vincado conteúdo colonialista, que resolverão o problema colonial português. E nada resolvem porque vivemos numa época da liquidação total e definitiva do colonialismo; porque dezenas de povos anteriormente colonizados conquistaram a sua independência; porque os povos coloniais contam com a simpatia de toda a humanidade progressista e, muito particularmente, com o apoio do poderoso campo do socialismo, do campo da paz e da frente mundial dos países anti-colonialistas e anti-imperialistas; nada resolvem porque os povos das colónias portuguesas tomaram decididamente nas suas mãos a luta pela sua independência e porque o povo português vê com simpatia e apoia mesmo essa justa aspiração dos povos coloniais. (...)

A independência pacífica das colónias portuguesas permitiria estabelecer, com esses futuros estados, cordiais e duradouros laços culturais, económicos e de amizade. Mas com a actual política do governo, o que perdurará serão os efeitos duma devastadora e cruel guerra colonial, a associação do nome de Portugal ao anacrónico colonialismo e ao ignominioso fascismo que num passado não muito distante tentou mergulhar a humanidade na barbárie. Para Portugal, o prolongamento de tal guerra suicida é um autentico desastre nacional em perspectiva.

Os comunistas orientam-se pelo provado principio de que não pode ser livre um povo que oprime outros povos. (...)

Essa é a razão porque a luta do povo português pela liberdade associa-se e identifica-se com a luta pela independência, ao mesmo tempo que a luta libertadora dos povos coloniais se identifica com a luta do povo português. (...)

A hostilidade do povo português à guerra colonial não revela falta de patriotismo. Antes é uma manifestação do seu patriotismo. (...)

Os comunistas sempre provaram o seu indefectível patriotismo. Os principios do internacionalismo proletário que nos orientam irmanam num mesmo elo os proletários de todo o mundo cujos interesses não são antagónicos mas coincidentes e são uma expressão bem viva do patriotismo dos comunistas.

O internacionalismo proletário respeita e eleva ao máximo as tradições revolucionárias, culturais e patrióticas de cada povo, enquanto que o cosmopolitismo, ideologia da burguesia imperialista e decadente, conduz à dissolução dos principios nacionais. (...)

O facto de amarmos a União Soviética não contradiz antes demonstra o nosso patriotismo. Nós amamos a União Soviética porque ela abriu o caminho da libertação para todos os povos e porque ela é o principal baluarte dos povos amantes da paz e da democracia. Não é a URSS mas sim as potências imperialistas que ameaçam a segurança do país e o expoliam economicamente. (...)

O restabelecimento das liberdades democráticas e a formação de um governo de unidade nacional que inspire confiança ao país é um imperativo nacional e a tarefa mais cadente de todos os portugueses. Seria desejável que tal imperativo se realizasse através da livre expressão da vontade popular por meios pacíficos e sem recorrer à violência. Qual é porém a realidade nacional e a experiência de mais de três décadas de opressão e obscurantismo impostos ao país pela ditadura vigente?

A ditadura fascista vedou completamente ao povo a possibilidade de se exprimir livremente. (...)

O governo viola sistematicamente a sua própria Constituição e altera-a segundo as conveniências de ocasião. (...)

A dolorosa experiência do país indica que o governo não respeita nem ouve a vontade da Nação, não respeita a voz da razão nem sequer as leis que criou. A ditadura fechou herméticamente todas as portas e janelas que facultassem ao povo português exprimir por meios pacíficos a sua vontade.

Se está provado que com o actual regime não é possível a expressão livre da vontade popular, a questão que se coloca é derrubar a ditadura, como condição prévia para a realização de eleições onde o povo possa escolher livremente a forma de governo e os homens que o hão-de governar. Se o recurso à violência é a forma usual de governação do actual regime o povo não tem outro remédio senão responder à violência da ditadura com a violência das acções de massas. A luta e a reacção do povo contra a tirania da minoria dominante não é delicto mas a expressão da vontade da nação. (...)

Não estou certo da forma como decorrerá o meu julgamento. Mas não tenho ilusões: serei condenado e ficarei sujeito às chamadas « medidas de segurança » que na prática significam a prisão perpétua para os que não tralicam as suas consciências. (...)

Serei condenado por amar o meu povo e o meu país e por estar irmanado a todos os patriotas que anseiam libertar Portugal. Tenho porém, a consciência de que a luta a que me devoei desde a minha juventude e que abrangeu a maior parte dos anos da minha vida, não foi em vão. »

José Magro

Membro do Comité Central do Partido Comunista Português, encarcerado há longos anos na Fortaleza de Peniche.

Militante comunista desde os bancos da Universidade, José Magro ingressou na clandestinidade tendo sido preso a primeira vez em 1951. Libertado em 1956, reingressa de novo na actividade clandestina.

Preso pela segunda vez em 1959, alcançou a liberdade em Dezembro de 1961 juntamente com outros camaradas, na audaciosa fuga da Cadeia de Caxias.

José Magro é preso pela terceira vez em Maio de 1962 no decorrer da organização das grandes lutas e manifestações de Maio desse ano do proletariado de Lisboa. No conjunto, cumpriu já mais de 16 anos de prisão. José Magro é hoje um dos presos há mais tempo encarcerado e o fascismo está disposto a mantê-lo nessa situação ainda por longos anos dado que o Tribunal Plenário o condenou da última vez a 16 anos de prisão e « medidas de segurança ».

Em todas as ocasiões em que foi preso, José Magro manteve sempre uma firme conduta ante a policia e os tribunais fascistas.

Publicamos a seguir extractos da sua intervenção no tribunal que o julgou em 1952, quando da sua primeira prisão.

« De entre as acusações que me são feitas ressalta uma acusação base: a de que sou membro do Partido Comunista Português. Essa afirmação corresponde à realidade e tem por isso plena justificação. Declaro a este Tribunal, como o declarei à policia, ser na verdade membro do meu querido Partido Comunista. (...).

Não sou filho da classe operária (no que teria orgulho), mas de pequenos proprietários— Nunca senti fome, mas senti o desamparo a que estava votada a minha família e a minha classe de origem. Sei o que são os impostos asfixiantes que aniquilam as receitas, sei o que é a usura, sei o que é o drama das casas de prego (e sabe-o ainda melhor aquela mulher que ali está precocemente envelhecida e que é minha mãe). Sei que a ganância desenfreada dos grandes não diminui sequer quando a ruína económica dos pequenos está consumada. Verifiquei também que a nossa ruína económica— e a ruína da pequena burguesia em geral— se foi acentuando a partir de 1933 e à medida que crescia a chamada organização corporativa. Entretanto, só mais tarde pude explicar a correlação íntima dos dois factos, quando compreendi que a organização corporativa

foi uma nova e terrível arma posta nas mãos dos grandes potentados da finança, da indústria, do comércio e da terra, servindo de capa à criação de grandes trusts e monopólios tanto mais poderosos e irresponsáveis quanto são eles próprios, directamente, que fazem a lei. (...)

Por outro lado, sendo filho de um velho democrata, senti também desde bem cedo todo o significado da palavra «opressão». Lembro-me que em minha casa se fechavam as portas para falar das coisas públicas, se se baixava a voz para lembrar a Liberdade e a Democracia. Lembro-me de amigos de meu pai presos, fugidos, exilados e demitidos. (...)

Fui estudar apesar de todas as dificuldades. Assisti assim às primeiras tentativas do regime para dividir e dominar a juventude. Respirei o ambiente da A.F.V. e depois o da M.P., o ambiente da espingarda e da tarda na escola, o ambiente dos espancamentos e da reprovacão pelo simples facto de se ser filho de democrata. Assisti à luta da juventude contra a monopolização da cultura pelos filhos dos ricos. (...) Participei nessas lutas pelo direito à cultura. (...)

(...) Como funcionário corporativo pude ver por dentro e ter a plena confirmação do parasitismo desta classe, da imensa acção antieconómica e antinacional dos monopólios constituídos em verdadeiros organismos do Estado, do esbanjamento dos bens nacionais, por falta de controle, por ignorância e por desvios e falcaturas constantes. (...)

E como tropa que fui pude assistir mais directamente à descarada política de apoio a Hitler nos primeiros anos da guerra e depois a viragem a favor dos Aliados, quando a derrota dos regimes fascistas estava à vista. Foi também a tropa que me facultou os primeiros contactos com as classes operária e camponesa do meu país. (...) Serviram-me de ensinamentos as grandes greves de Outubro-Novembro de 1942, de Julho-Agosto de 1943, dos Portuários de Lisboa, lutas camponesas do Alentejo e Ribatejo. Com a classe operária compreendi que, pelas suas condições particulares, está nela a vanguarda da Humanidade progressiva, que está nela a chave de uma vida melhor para todos. Como? Lutando duma forma organizada, organizando a sua própria vanguarda — o Partido Comunista — com os melhores dos seus filhos e com outros filhos honestos do nosso povo que adoptem a sua luta e se integrem na sua ideologia.

Desde que compreendi isto, colocou-se a mim próprio — que já era um antifascista e um lutador — o problema de ser ou não um comunista, de entrar ou não para o Partido Comunista. (...)

Bem depressa senti na própria carne a ferocidade da perseguição aos que seguem os interesses do povo: Preocupações de todos os momentos, amigos presos e até mortos, a minha casa assaltada, a fuga, a perseguição com a mulher e uma filha de meses nos braços, a brutal separação dos que me são queridos, a morte de um pai cujos males se agravaram com a minha situação (...)

Entretanto, só a prisão me deu a verdadeira medida dos métodos do regime e da PIDE. (...)

Disse-lhes que me recusava terminantemente a fazer qualquer declaração ou a assinar qualquer papel, além dum que escreveria pelo meu punho e em que confirmava o que estava dizendo; e fazia-o porque era membro do Partido Comunista e um membro do PC, apenas ao seu Partido deve dar conta da sua actividade. Esta minha decisão foi cumprida e na realidade mais tarde escrevi a decla-

ração que está junto ao processo e que diz textualmente:

« Declaro ser membro activo do Partido Comunista Português. No interesse da minha própria defesa, por honestidade pessoal, pelos meus deveres de comunista e, acima de tudo pelo meu amor ao meu querido Partido e ao povo do meu país, recuso-me a fazer ou assinar qualquer outra declaração ».

Essa minha decisão foi cumprida como não podia deixar de ser. (...)

Fiz tudo o que pude a bem do meu Partido e do povo do meu país. Se mais não fiz, não foi por medo, ou por comodismo, ou por falta de vontade. Foi apenas porque não pude e não soube. Isso não é, aliás uma característica minha, é uma característica de todos os verdadeiros militantes comunistas e tem a sua mais alta expressão na Direcção do meu Partido, nesse grupo de homens e mulheres heroicos e modestos para quem vai neste momento toda a minha admiração, toda a minha confiança, todo o meu afecto fraternal.

No pequeno apontamento que me foi apreendido creio que apenas uma alínea foi lida e interpretada correctamente pela polícia. Trata-se da palavra « Paz » e da interpretação policial de que respeita à tarefa distribuída pelo Partido a todos os seus membros na propaganda da Paz. (...)

A preparação da guerra conduz à guerra. Quem a quer? É a URSS e são os comunistas, como alguns têm a audácia de afirmar? Não! A URSS tem grandiosas tarefas pacíficas a cumprir, que a guerra impediria; e nós, os comunistas, somos o povo, que é a grande vítima da guerra. Não queremos a guerra!!! E nós, os comunistas, não a queremos ainda porque venceremos sem ela. (...)

Pela forma como decorreu este julgamento, pelos obstáculos levantados à minha defesa e por tudo aquilo que eu já sabia deste tribunal, creio que apesar da ausência de provas serei condenado. Porquê? Pelo simples facto de ser comunista. Pouco importa. Sei — todos sabemos — que falo verdade, mas todos sabemos também que é a verdade que é preciso condenar no nosso país. Não me queixo, antes me alegro saber que a injustiça da minha condenação será um pequeno facto mais a juntar a tantos outros, a juntar a todos aqueles que dia a dia e irresistivelmente estão construindo o Portugal Democrático, Próspero e Feliz de amanhã, estão construindo a nossa vitória sobre o fascismo. Isso me basta. »

Diniz Miranda

Destacado militante do Partido Comunista Português.

Preso pela quinta vez, Diniz Miranda encontra-se encarcerado na Fortaleza de Peniche. De todas as vezes que foi preso, este camarada sofreu as maiores brutalidades e torturas policiais, tendo mantido sempre uma conduta heróica e exemplar, recusando-se a prestar quaisquer declarações sobre a sua actividade partidária. O relato que ele próprio fez perante o tribunal fascista das torturas a que foi submetido pela PIDE, é uma denúncia corajosa, viva e impressionante dos criminosos métodos da policia política.

Extractos da sua intervenção no Tribunal Plenário de Lisboa, em princípios de 1968.

«Quero começar por me referir neste tribunal que com esta prisão é a 5.^a vez que sou preso pela PIDE e a 3.^a vez que sou julgado pelos chamados delitos políticos. Cabe ainda acrescentar que fui duas vezes julgado por acusações de delito comum ligado às minhas actividades políticas. Posso afirmar neste tribunal que conheço, não por ouvir dizer, mas porque fui vítima delas, as brutalidades da PIDE. Constatei em todas as vezes que passei pelo antro de torturas da PIDE, um maior refinamento dos métodos de tortura. Conheço desde o espancamento, à «estátua» acompanhada de espancamentos, de rigoroso isolamento durante meses, à tortura do sono durante 14 dias e noites sem dormir.

Em Janeiro de 1949, fui agredido à coronhada, a murro e a pontapé no subposto da G.N.R. da minha terra, pelo comandante desse sub-posto, 2.^o cabo Tomé dos Santos Canhão.

Em Outubro de 1952, fui submetido à tortura da estátua durante 4 dias e noites e esbofeteados pelo sub-inspector da PIDE Casaca Velez.

Em Maio de 1955 fui barbaramente espancado durante 3 dias e noites. Primeiro, pelo inspector Porto Duarte e depois, para citar só o que mais se destacou nesses espancamentos, pelo agente Cristóver, até perder os sentidos. Depois de voltar a mim era novamente espancado. Torceram-me os testículos, quebraram-me a estrutura óssea do nariz e deslocaram-me o braço direito. No meio de uma roda de agentes, agarraram-me pelos cabelos, pelas orelhas, pelos braços e pelas pernas levantando-me até à altura da cabeça deles para depois me deixarem cair deliberadamente no soalho. Depois destes 3 dias e noites ainda estive mais 2 ou 3 dias sem poder abrir a boca para comer tais as dores que sentia nos maxilares provocadas pelos murros que os pides me deram.

Em Janeiro de 1959, apenas estive na tortura

do sono e não fui espancado, mas estive 6 meses em rigoroso isolamento. Desta vez, logo no momento da prisão fui atirado de cabeça para baixo por Capela, chefe de brigada da PIDE, por uma ribanceira caído de cabeça para baixo num pátio com o piso de cimento, partindo os óculos e ferindo-me na testa. Em seguida fui agredido à coronhada de pistola por um agente da PIDE, produzindo-me um profundo ferimento na cabeça. Como prova do que acabo de afirmar, tanto de 1955 como de agora, tenho as equimoses que o confirmam. Se os espancamentos, a «estátua» e o isolamento são selváticos processos de tortura aplicados pela PIDE aos presos, a tortura do sono não é menos selvática. Direi mesmo que é um processo de tortura mais refinado. A PIDE mantém os presos longos dias e noites sem dormir. Quando um preso, vencido pelo sono, deixa fechar os olhos, imediatamente é despertado por uma cassetada, com cassetete próprio, com murros na mesa ou uma patada no soalho.

Os efeitos produzidos por este bárbaro despertar são conhecidos por todos os presos que tem sido submetidos a esta tortura. O coração fica a doer e parece querer saltar do peito.

A PIDE recorre ainda a bisnagas com água para encharcar o rosto das suas vítimas quando pretendem dormir. É quando todos estes cruéis processos já não dão os resultados esperados pela PIDE, ela agarra um dos braços do preso e, atirando-o contra as paredes, percorre assim à roda, uma quantidade de vezes a sala de torturas. A PIDE só suspende as torturas quando considera que a vida da sua vítima se pode extinguir de um momento para o outro.

A mim, só ao fim de 15 dias e noites de tortura do sono, de me ter recusado a alimentar nos últimos 3 dias e de ter começado a deitar sangue pela boca, me poseram um divã na sala de torturas para dormir, conservando-me ain-

da depois desses 15 dias e noites, mais 2 dias na PIDE.

Durante a tortura do sono, e quando o preso já está em estado de inconsciência, os torturadores recorrem aos mais bandidescos processos. Imitam gritos e gemidos de familiares nossos a serem torturados e das nossas esposas a serem violentadas pela PIDE. Mas não são só às imitações que eles recorrem para tentar destruir o moral do preso. O facto de terem arrancado, peça por peça, o vestuário que trazia vestido a Maria da Conceição Matos, num período em que andava menstruada, de terem espancado na cabeça a operária agrícola Maria Janeiro, de Baleizão, a ponto de lhe provocar um traumatismo cerebral, não são imitações de torturas. São realidades vivas e gritantes.

São indescritíveis as cruéis torturas, acompanhadas das mais tenebrosas ameaças de que são vítimas homens e mulheres indefesas nesses antros de tortura da PIDE. São homens e mulheres que ficam marcados fisicamente durante longos meses, até mesmo anos, pelas torturas de que foram vítimas durante os interrogatórios. São os assassinatos na PIDE dos saudosos patriotas Militão Ribeiro, José Moreira, Germano Vidigal, José Alves, Manuel da Silva, Joaquim Lemos de Oliveira, e outros. São os assassinatos em plena rua de Alfredo Diniz, Dr. Ferreira Soares, do escultor José Dias Coelho, e de outros. É já tão longa a lista de assassinatos e de crimes de toda a ordem cometidos por esse bando de criminosos legais que parece nos serem dispensáveis os comentários para qualquer pessoa com um mínimo de sensibilidade humana. São indispensáveis os comentários.

(...)

Jamais, sejam quais forem as torturas a que for submetido, seja qual for a pena a que este tribunal me condene, trairei o meu Partido — o Partido Comunista Português — vanguarda da classe operária.

O meu Partido é o lutador mais intransigente contra a ditadura terrorista salazarista e por um governo democrático nacional, pela eliminação do domínio imperialista no nosso país e do poder dos monopólios e pela independência nacional, pela elevação do nível de vida das classes trabalhadoras, por uma reforma agrária que distribua a terra por quem a trabalha, pelo direito dos povos coloniais à independência, pela democratização do ensino e pelo estabelecimento de relações comerciais e culturais com os países socialistas.

Na etapa actual, o meu Partido luta por uma revolução democrático — nacional. Democrática porque se propõe destruir todas as estruturas da organização fascista. Se, assim não fosse e não fosse instauradas as liberdades democráticas cairíamos num salazarismo sem

Salazar. Nacional, porque se propõe acabar com a dominação estrangeira do imperialismo e do poder dos monopólios no nosso país e pela independência nacional.

A ditadura terrorista salazarista é o poder dos monopólios. Ao contrário do que os fascistas apregoam, Portugal é um país colonizador e ao mesmo tempo colonizado. É um país dependente económica e politicamente do imperialismo estrangeiro. Por toda a parte, de norte a sul, enxameiam empresas com os nomes portugueses por fora, mas estrangeiríssimas por dentro. É o tão falado Plano de Irrigação do Alentejo, financiado por capitais da Alemanha revanchista. É o volfrâmio da Panasqueira, a Carris, os Telefones a serem explorados pelos ingleses. São a cortiça a celulose, a montagem de automóveis por conta de americanos, ingleses e alemães. São as minas de Aljustrel, de Lousal, etc, a serem exploradas pelos belgas. É quando os imperialistas já não estão satisfeitos com os lucros que arrancam aos trabalhadores portugueses encerram-nas como fizeram com as minas de S. Domingos, atirando com centenas de trabalhadores para o desemprego. Podemos afirmar que o governo fascista de Salazar está a vender Portugal aos pedaços. Até os revanchistas alemães instalam Beja uma base porque, segundo o ministro da Defesa da Alemanha de Bone, na Alemanha não podem realizar determinados exercícios aéreos, dado o perigo que isso representa para o povo alemão, enquanto em Beja oferece todas as condições para esses exercícios aéreos.

Juíz interrompendo: O Sr. está para aí a falar em fascismo para a esquerda e para a direita. Sabe o que é o fascismo? Só em Portugal é que há fascismo?

Diniz: Há em Portugal, Espanha e Grécia. O fascismo é um regime como o nosso onde os cidadãos estão impedidos de se manifestar publicamente, onde não existe liberdade de imprensa, onde existe uma feroz repressão contra todos os cidadãos que discordam do actual regime do governo... Não é por acaso que o nosso país tem sido, para nossa vergonha, expulso de quase todas as organizações internacionais de carácter cultural.

Juíz interrompe: Mas o Sr. não está a ser impedido de falar.

Diniz: Pois não, mas estou preso. Se estivesse em liberdade e tivesse a coragem de dizer na rua o que aqui estou a dizer seria imediatamente preso e torturado pela PIDE.

(...)

Diniz prosseguindo; o meu Partido luta por uma reforma agrária que distribua a terra quem a trabalha. Ao contrário do que os fascistas pretendem fazer crer, Portugal não é um país pobre. Podemos mesmo afirmar que tem um solo e sub-solo riquíssimos. Não são

exploradas as reservas mineralíferas de Moncorvo avaliadas em milhões de toneladas de ferro com um teor mais elevado do que é importado do estrangeiro para a Siderurgia nacional. Portugal tem riquezas que ainda não chegaram a ser prospectadas. É que dizer de hectares e hectares de terra inculta mas cultivável enquanto milhares de operários agrícolas não têm um palmo de terra sua para cultivarem? Porque se constata esse exodo dos operários agrícolas e pequenos camponeses para centros industriais e para o estrangeiro onde

arrastam com o pesado título de emigrantes? Porquê senão porque para sobreviverem à fome e à miséria e espoliados de tudo, pagando contribuições, impostos, insecticidas, etc., fogem das suas terras, abandonando os seus entes queridos e vão procurar fora uma vida que lhes é negada na sua Pátria.

Não faltam discursatas sobre o tão falado Plano de Irrigação. Mas a quem vem ele beneficiar?

O juiz interrompe e não deixou o camarada prosseguir na sua defesa política.

Jorge Araújo

Preso pela PIDE em Abril de 1962, no desempenho de tarefas do Partido, portou-se firmemente, recusando-se a prestar declarações, apesar das torturas a que foi submetido. Cinco meses depois, juntamente com outro camarada, evadiu-se audaciosamente das prisões da PIDE, no Porto, para retomar o seu posto de combate, na clandestinidade. Em 8 de Maio de 1963, Jorge Araújo caiu de novo nas garras da Pide. Sendo mais uma vez barbaramente torturado, continuou a portar-se dignamente como o fizera já da primeira vez que foi preso.

Apresentamos a seguir alguns extractos do relato do seu julgamento no Tribunal Plenário, em Julho de 1964, já publicado no «Militante» N.º 130, de Outubro de 1964.

• Nesta última prisão assaltaram-me a casa e comecei por sofrer a tortura moral de saber a minha companheira caminhar para a prisão apesar da grave doença pulmonar que a obrigava, à muito, a estar na cama. A mim algemaram-me as mãos atrás das costas e, numa longa viagem por Vila Franca, levaram-me para a sede da PIDE. Aí estive sempre assim algemado e fui espancado até à noite. A noite levaram-me para um segredo de Caxias.

Um segredo é...

Juiz: Écusa de dizer porque eu conheço os segredos de Caxias.

Jorge Araújo: Ainda bem, pois sabe então a desumanidade das condições em que aí se vive. Depois fui para uma cela do Aljube (a cela 2), As celas do Aljube mais conhecidas na gíria política por gavetas, são...

Juiz: Aqui não interessa a gíria.

Jorge Araújo: Então eu explico. A minha cela era um buraco interior com aproximadamente dois metros quadrados de superfície. Estive aí rigorosamente isolado, sem livros, sem jornais, sem nada, até aos cinco meses e meio de prisão. Nessa altura fui chamado à PIDE onde me submeteram a dez dias e dez noites de tortura do sono. Durante...

Juiz: Isso não interessa.

Jorge Araújo: Bem, então voltando à Constituição...

Juiz: A defesa jurídica é com o seu advogado.

Jorge Araújo: Eu sei, e agradeço ao meu advogado a forma como me tem defendido. Mas a defesa política compete-me a mim fazê-la. E num tribunal como este a defesa dum comunista não pode ser a defesa dum homem isolado. A defesa dum comunista tem de ser a defesa do Partido Comunista e da classe operária, assim como a defesa de todo o povo...

Juiz: Cale-se!

Jorge Araújo: Diz a Constituição que a soberania reside de facto no poder dos monopólios, politicamente expresso sob a forma duma ditadura fascista.

Juiz: (Dita para a acta a ordem de expulsão para os calabouços).

Jorge Araújo: (Já gritando) Eu luto no Partido Comunista pela libertação dos trabalhadores e do povo português! (Os pides agarram o camarada brutalmente e ele continua a gritar) Viva o Partido Comunista Português! (Arrastam-no e tapam-lhe a boca, mas ainda grita) Viva o...

Pelos corredores do tribunal, sempre que pode, dá vivas ao Partido enquanto é arrastado. No corredor escuro, junto ao calabouço, o camarada foi metido numa roda de agentes da PIDE e de guardas da PSP, fardados, e brutalmente espancado a soco, pontapé e cacetete. Ficou com várias equimoses por todo o corpo e com um grave hematoma na face e olho direito.

Guilherme da Costa Carvalho

Preso pela primeira vez em 1948, como funcionário do Partido, esteve deportado no Campo de Concentração do Tarrafal, donde foi arrancado pela luta do nosso povo. Uma vez em liberdade, voltou à actividade revolucionária na clandestinidade, sendo preso pela segunda vez em 1959. Porém, em 3 de Janeiro de 1960, juntamente com vários camaradas, evadiu-se da Fortaleza de Peniche, retomando o seu posto de combate nas fileiras do Partido.

Preso pela terceira vez em Novembro de 1960, Guilherme de Carvalho participa, com outros camaradas, numa segunda e audaciosa evasão da cadeia da PIDE em Caxias para continuar a actividade revolucionária.

Preso pela quarta vez em Maio de 1963, Guilherme de Carvalho encontra-se actualmente encarcerado na Fortaleza de Peniche.

De todas as vezes que foi preso, este nosso camarada teve sempre uma conduta firme ante a PIDE e os carcereiros fascistas. Perante os tribunais desmascarou os maus tratos e torturas da PIDE e defendeu a linha do Partido.

Publicamos a seguir alguns extractos da sua intervenção no Tribunal Plenário onde foi julgado pela última vez em Junho de 1964.

O camarada Guilherme começou por salientar que nas respostas dadas anteriormente dissera apenas a verdade; que os autos do seu último processo são falsos, que não foram elaborados na sua presença. Que, como se trata dum facto, não pode haver qualquer confusão. Que em 1948 fora agredido na policia, que sua mulher, apesar de mãe, o fora em 1961. Interrupção em que o juiz diz que isto nada tem a ver com o processo. O Guilherme replica que sua mulher faz parte do seu processo de 1960-61, pelo qual responde, e que não será longo ao tratar este aspecto. Que a sua mulher foi agredida em 1961 e que muitos outros casos de maus tratos conhece do passado e da actualidade, mas que não se trata apenas duma arbitrariedade ou violência da policia, que é antes uma constante, uma característica do regime que a opressão e a violência são os seus meios de governação. Que há pessoas que aceitam ou são indiferentes à utilização de tais métodos, mas que esta indiferença está ligada à indiferença pela situação e dignidade do nosso país. Que foi assim que Portugal chegou à posição em que se encontra de ser o país mais atrasado da Europa.

Através de interrupções, o camarada conseguiu afirmar ainda « que em 40 anos de governação alguma coisa se tinha feito, que era impossível não ser assim, mas que o nosso atraso em relação aos países da Europa tinha aumentado. Para aqueles que embolsam os elevados lucros como relatam os jornais, e se vê pelo que se passa nas Assembleias Gerais das grandes empresas e bancos, tudo vai bem e o ambiente é de satisfação e euforia, mas o mesmo não pensam as largas massas populares e

em primeiro lugar os trabalhadores.

Já Oliveira Martins dizia que « a emigração é o barómetro da situação num país ». Ora nunca saiu tanta gente de Portugal: centenas de milhares nos últimos anos, e só no ano passado 100 mil pessoas, metade das quais trabalhadores. Fazem-no porque querem fugir à miséria, para ir ganhar mais no estrangeiro, mas também devido ao ambiente de opressão e violência que se vive no país. Abandonaram estes Portugal, e não se tomam medidas de desenvolvimento que o evitem, e ao mesmo tempo quere-se, pela força, que outros povos se mantenham como se fossem portugueses. »

(...)

« O Partido Comunista Português tem todo o direito de exigir ter voz — e de a ter — sobre os problemas nacionais. Ora a industrialização significará fábricas, portanto mais operários. A classe operária é a classe em ascenso. Nada impedirá o seu progresso. Houve o regime escravagista que foi vencido pelo feudalismo, tendo este sido vencido pelo capitalismo. O Socialismo vencerá o capitalismo por corresponder à evolução dos interesses dos povos, à evolução da História. As pessoas vão compreendendo a superioridade e a inevitabilidade do socialismo.

Diz-se que somos pela violência. Não é verdade. Somos pela liberdade, mas temos que seguir o caminho que as condições concretas nos determinam. O governo fecha todos os caminhos à evolução democrático-pacífica da vida portuguesa, utiliza a violência, logo tem de se usar a violência para enfrentar a opressão e a violência do governo. E é legítimo utilizar a violência quando não existem mais

outras vias para a conquista da liberdade e do bem-estar.

Os fins do Partido não são a violência. Se alguma coisa caracteriza os comunistas é precisamente o quererem construir, criar uma sociedade nova, o Socialismo, o Comunismo, onde não exista a exploração do homem pelo homem, e reine a abundância, a cultura e a felicidade.»

Mais adiante, numa bela demonstração de força moral e de confiança no futuro, afirmou:

«Estou preso, serei condenado, mas não estou vencido; moralmente sou o vencedor. A violência sobre os comunistas chama-se «lei», mas a razão não está sempre ao lado da força. Poderemos ter que atravessar e iremos atravessar ainda maiores sacrifícios, situações mais duras e períodos mais difíceis. Na correlação de forças actual no nosso país, o governo como seu poderoso aparelho repressivo e as forças que o apoiam, é ainda mais forte do que nós, mas acabaremos por vencer—é inevitável—por maiores que sejam os sacrifícios que a luta nos imponha. A nos-

sa Causa é justa. A razão está com o Partido». O camarada terminou afirmando «que, apesar de ter 12 anos de prisão e de lhe faltarem ainda cumprir alguns anos da condenação actual de 7 anos e meio, quer deixar claro, que considera justos todos os passos da sua vida política; quer deixar claro, tal como o deixou no seu primeiro julgamento em 1949, que considera a existência do Partido Comunista Português uma felicidade para o nosso povo.» Interrupção. O Guilherme voltou a repetir, com energia, que considerava a existência do Partido Comunista Português uma felicidade para o nosso povo pela luta que o Partido trava pela melhoria das suas condições de vida e pela liberdade, pelo esforço do Partido procurando criar relações de colaboração, de amizade e de fraternidade com todos os povos do mundo e em defesa da sagra da causa da paz; e que por isso queria deixar claro, concluiu o camarada, que estava inteiramente de acordo com toda a orientação do Partido e com todos os aspectos da sua actividade.

Júlio Martins

Destacado militante do Partido Comunista Português, encarcerado actualmente na fortaleza de Peniche. Preso e torturado mais de uma vez, teve sempre um comportamento heróico ante o inimigo.

Preso pela última vez em Dezembro de 1961 foi condenado a 8 anos de prisão. Na PIDE, foi submetido à tortura do sono durante 11 dias e noites seguidos. Ameaçado de morte, Julio Martins foi violentamente espancado a murro, bofetada e pontapé, sobretudo no rosto e na cabeça que ficaram inchados e a sangrar abundantemente. A PIDE usou ainda de toda a sorte de chantagem e pressões de ordem moral.

Apresentamos a seguir, extractos da sua contestação escrita enviada ao Tribunal Plenário que o condenou, em 16 de Novembro de 1962, já publicada no «Militante» N.º 132, de Dezembro de 1964.

«Acusam o Partido Comunista Português, de que temos a honra de ser membros, de ser uma associação secreta e ilegal. O Partido Comunista Português é a vanguarda organizada do operariado português, a classe ascendente, a mais forte e mais revolucionária da actualidade portuguesa.

Nas condições de ditadura fascista o Partido Comunista Português está constringido a uma rigorosa clandestinidade.

O Partido Comunista Português aceita plenamente as suas responsabilidades históricas, o seu papel de principal força dirigente, de unidade é de organização da classe operária e de todas as forças patrióticas nacionais.

O Partido Comunista Português não consente a sua liquidação como organização ao ser-

viço da classe operária e do povo. É um Partido indestrutível. Não há golpes policiais que o destruam. Tem a vitalidade que lhe dá a adesão da juventude, do proletariado, da intelectualidade progressiva, a ajuda crescente do povo português. Dispõe da longa experiência e provada capacidade directiva dos seus dirigentes que há longos anos encabeçam no interior no país as lutas do povo contra o fascismo. É o Partido das heróicas evasões colectivas e individuais de destacados comunistas presos em Peniche, em Caxias, no Aljube, nas prisões da PIDE no Porto, para retomarem a sua posição de combate à frente do povo.

O Partido Comunista Português não é uma associação secreta. É um Partido de massas, profunda e vastamente radicado e prestigiado

no povo. Compõem-no milhares de abnegados militantes de vanguarda, dos mais valorosos e esforçados filhos e filhas do nosso povo. São homens, mulheres e jovens, que dia a dia, na sua vida política, profissional e familiar, honram a sua qualidade de comunistas distinguindo-se pela sua devoção e combatividade, pela sua competência e qualidades de trabalho, pela sua honestidade pessoal. São operários qualificados, estudantes, médicos, engenheiros, escritores, artistas de prestígio.

O Partido Comunista Português não é uma associação secreta. Compõem-no centenas de células e comités nas empresas industriais, nas escolas, nos quartéis e nas aldeias, nos grandes centros urbanos e rurais, organismos vivos, ligados aos problemas e às lutas de massas, formados pelos elementos populares mais prestigiados, diligentes e devotados nos respectivos locais de trabalho.

O Partido Comunista Português não é uma associação secreta. É bem conhecido e justamente prestigiado no nosso país e no estrangeiro o secretário geral do Partido, camarada **Alvaro Cunhal**, como o são dezenas de outros dirigentes e funcionários do Partido, homens e mulheres cuja honradez e espírito de sacrifício lhes concedeu o justo renome e o apreço em que são tidos.

É o Partido de **Bento Gonçalves**, primeiro secretário geral do Partido, caído com dezenas de outros camaradas no Campo do Tarrafal.

É o Partido de **Milhões Ribeiro**, de **José Moreira** e de muitas outras generosas vidas sacrificadas aos tormentos da prisão. É o Partido de caídos sob as balas, o Partido de **Alfredo Diniz**, de **Ferreira Soares**, de **Catrina Eufémia**, de **Dias Coelho**. É o Partido que recebe a perpetua glória dos seus mártires.

O Partido Comunista Português não é uma associação secreta. Em condições de violenta perseguição policial realiza congressos, elege os seus dirigentes, vota e publica o seu programa e os seus estatutos, mantém um órgão central regular o «Avante!», voz da liberdade no Portugal de hoje e de há mais de 31 anos, faz circular de mão em mão, por todo o país numerosas outras publicações periódicas e avulsas.

Constrangido, pela especial repressão de que é alvo por parte das forças policiais, aos rigores de uma muito prolongada clandestinidade o Partido Comunista Português busca todas as possibilidades legais de exercer o seu papel dirigente das lutas do nosso povo, ajuda os seus militantes e organizações e as demais forças patrióticas nacionais à justa conciliação da luta legal com as formas ilegais da luta popular, indispensáveis nas condições de repressão fascista.

Não tardará que ao Partido Comunista Português seja reconhecido, como grande partido nacional, como Partido da classe operária portuguesa, pelo direito a uma existência e actividade legais.»

Domingos Abrantes

Já como membro do Partido Comunista, foi um destacado activista no movimento democrático juvenil, nos anos de 1954 a 1958.

Preso pela PIDE, a primeira vez em Julho de 1959, como funcionário do Partido, teve um porte exemplar. Foi julgado em Novembro de 1961, no Tribunal Militar de Lisboa. Juntamente com outros camaradas, evadiu-se pouco tempo depois, de forma audaciosa, da cadeia da PIDE, em Caxias, retomando o seu posto de combate nas fileiras do Partido, na clandestinidade.

Preso de novo em 21 de Abril de 1965, apesar de barbaramente torturado, Domingos Abrantes recusou-se a prestar quaisquer declarações à PIDE.

Publicamos extractos da sua defesa no Tribunal Militar de Lisboa, em 28 de Novembro de 1961, quando do seu primeiro julgamento, cujo texto foi já publicado no «Militante» N.º 116, de Maio de 1962. Publicamos também alguns extractos do relato das torturas que sofreu em Abril de 1965, quando da última prisão.

Juiz: Sabe que é acusado de ser membro do Partido Comunista Português?

Domingos Abrantes: Sim, sou membro e funcionário do Partido Comunista Português, partido da classe operária, vanguarda do povo de Portugal na luta pela conquista das liberdades democráticas, partido que abraça o ideal

mais nobre que os homens jamais conheceram, a construção da sociedade comunista.

Juiz: Então o senhor reconhece ser membro e funcionário do Partido Comunista Português?

Domingos Abrantes: Reconheço que sou membro e funcionário do Partido Comunista Português e tenho nisso muita honra.

A PIDE, tal como põe o problema, ao dizer que é uma questão de obediência, procura desvirtuar a verdadeira natureza das coisas. Não prestar declarações à PIDE é uma questão de honra para todos os comunistas (Interrompido e ameaçado de sair da sala).

Domingos Abrantes: Tenho ainda alguma coisa a dizer em minha defesa. Mas antes disso, gostaria de esclarecer o senhor promotor da Justiça, sobre a solução pacífica e a solução violenta.

Juiz: Não pode replicar ao Sr. promotor da Justiça.

Domingos Abrantes: Afinal o que é que interessa a este tribunal? o tribunal nega-me o direito à defesa. Traidores à pátria, canalhas sem vergonha, vendidos aos imperialistas, são os fascistas. (Nessa altura o juiz ordenou a expulsão do camarada que gritou:)

Viva ao Partido Comunista Português! Abaixo o fascismo! Glória a Lênine! Glória a Lênine! Glória a Lênine!

Extractos do relato da passagem de Domingos Abrantes pela PIDE e das torturas que aí sofreu, ao ser preso pela última vez, em Abril de 1965:

«Recusei-me a identificar, a fazer qualquer

declaração bem como a assinar o que quer que fosse. Estive 14 dias e 14 noites consecutivas na tortura do sono, mais concretamente 327 horas seguidas. Bateram-me por duas vezes. O meu estado físico chegou a um estado deplorável. A certa altura só de rastos me podia movimentar. Devido ao inchaço, a pele das pernas estalou, ficando com chagas. Várias vezes me sentei no chão, mas dois pides pegavam em mim para me fazerem andar de pé.

Logo no primeiro dia fui «visitado» pelo Sachetti, Tinoco, Silva Pais e outros, os quais disseram que desta vez teria mesmo que falar. Estavam dispostos a ir até à minha liquidação mas isso não seria preciso, porque seria submisso a uma máquina electrónica e falará com certeza. Esta máquina era o último grito da «ciência» e só a F.B.I. e a PIDE é que a possuíam. Todos os dias e várias vezes ao dia receberia uma «lição teórica» sobre o funcionamento da dita máquina e do cérebro humano. A eficiência da máquina, segundo eles, residia no facto de a máquina consultar a memória de um indivíduo. Nenhum indivíduo — diziam — pode eliminar por si a memória. Daí o «éxito» terrível da máquina. Evidentemente que a «electrónica» falhou!»

Rogério de Carvalho

Destacado militante do Partido Comunista Português, actualmente encarcerado na Fortaleza de Peniche. Preso pela primeira vez em Fevereiro de 1953, Rogério de Carvalho foi selvaticamente espancado e torturado, tendo-se recusado a prestar declarações. Uma vez libertado reingressou na actividade revolucionária como militante clandestino, voltando a ser preso em Abril de 1958 e mais uma vez o ódio da polícia política de Salazar se faz sentir sobre este camarada.

Participante da célebre fuga de Peniche, em 1960, Rogério de Carvalho integra-se de novo na actividade clandestina, sendo preso pela terceira vez em Dezembro de 1965. Torturado mais um vez, a sua conduta frente aos carascos da PIDE foi sempre a de um verdadeiro militante comunista, recusando-se a prestar quaisquer declarações.

Publicamos a seguir, alguns extractos da contestação escrita que elaborou para o Tribunal Plenário de Lisboa, que o condenou em Junho de 1966, na pesada pena de 14 anos de prisão e «medidas de segurança».

«Confesso-me membro do Partido Comunista Português. E o facto de ser julgado pela 3.^a vez é prova da minha honradez, de que legitimamente me sinto orgulhoso. Um símbolo da minha constância e firmeza na dura luta travada pela justa causa dos explorados, de que o Partido Comunista Português é a força de vanguarda.

Nego ser membro do Comité Central. Ao fazer esta declaração tenho apenas em vista em não me ver atribuída uma honra que não

me é devida, e nunca a pensar numa diminuição da pena que, qualquer que seja, não temo nem me abala. Sempre fui e sê-lo-ei um digno merecedor do ódio dos meus inimigos, que o são de meu povo e das forças progressivas do mundo inteiro.

Denuncio mais uma vez os processos de tortura usados contra mim pela PIDE. Preso em 1953, estive 72 horas de «estátua», brutalmente espancado no total de 36 horas, nestes 3 dias.

Seguiu-se um período de dois meses de isolamento, nas tristemente célebres celas do Aljube, hoje encerradas pela luta do nosso povo com o considerável apoio da opinião pública internacional. Preso novamente em 1958, voltei a ser espancado por me recusar a fazer «estátua». Estive 4 dias na chamada tortura do sono e sujeito à denominada «pressão psicológica». Encontrava-me na sede da PIDE quando ali encontrou a morte o operário Raul Alves, computo-a da inteira responsabilidade da PIDE. Seguiu-se cláusula num dos «segredos» das casamatas da cadeia de Caxias, onde de novo fui torturado por processos psicológicos, durante 76 dias. Daqui passei para as celas do Aljube por um período de 30 dias. Durante todo este tempo de mais de 100 dias, não me foi permitida qualquer leitura, apenas podia escrever à família e foi-me fixado um regime de visitas de uma vez por semana, apenas da duração de 15 minutos.

Agora, preso em 1965, dei entrada num dos «segredos» das casamatas de Caxias, que convidou o tribunal a conhecer, onde estive 11 dias, os cinco primeiros sem enxerga.

Acuso a PIDE de fazer uso contra mim de drogas de carácter alucinógeno. Seguiu-se um período de isolamento em cela, sem permissão de leitura. O regime de visitas foi fixado em 12 horas de oito em oito dias.

Todas estas torturas, infelizmente aplicadas a milhares de portugueses, visam a diminuir a vontade e a personalidade e até a alterar esta, para que um preso se transforme num «farrapo» às mãos dos seus inimigos. Mas tais processos nada podem contra a firme determinação do indivíduo não disposto a falar, a trair a confiança em si depositada, a trair os sagrados interesses duma luta nobre e justa.

Muito se fala em «meios violentos» para derubar o regime. Mas afinal o que consente o regime?

A um punhado de monopolistas e latifundiários a maior concentração e centralização do poder económico, a exploração desenfiada das classes trabalhadoras. Ao capital estrangeiro que se apodera das riquezas nacionais. Ao imperialismo a instalação de bases militares em território nacional que põem em risco a sobrevivência de milhões de portugueses. Aos trabalhadores a fome e a miséria, o ver os seus filhos morrer à mingua de pão, à falta de assistência; viver em instalações insalubres, na promiscuidade nas barracas dos bairros da lata ou até em furnas. A juventude em geral a degradação moral através de toda uma propaganda de baixo nível em que são factores dominantes a violência e o sexo. A falta de condições económicas, de apoio e de estímulo para a construção dum lar feliz. Se são trabalhadores é-lhes consentido um mais baixo salário, a ausência completa das magras regalias sindicais e de assistência; se estudantes, é-lhes

consentido que «estudem» dentro de um ensino que tem por base o livro único, geralmente dum valor científico e pedagógico nulo, onde se exaltam as «virtudes» do regime, com o que se pretende amordaçar, sufocar as forças do espírito juvenil, fazer delas elementos dóceis ao serviço do regime.

Aos intelectuais, é-lhes consentido pelo regime a colaboração em revistas e jornais sujeitos à censura prévia digna dos piores tempos da inquisição; a apreensão de livros. Em todos os campos da ciência a penúria ou a completa ausência de meios que lhes permita a valorização do seu trabalho às classes médias a ruína pelo esmagamento do capital monopolista nacional e estrangeiro. Como já se afirmou, os pequenos proprietários «devem ser lançados» ao mar para apenas sobreviverem os que souberem nadar». Ao funcionalismo público em geral um trabalho exaustivo, depois do seu dia de trabalho, em busca de novas receitas afim de sobreviver, ou a corrupção. As mulheres é consentida a inferioridade cívica perante os homens. Está-lhes consentido o caminho da prostituição que, como um cancro, se alastra de Norte a Sul do país, embora, por demagogia, se tenha decretado a sua abolição. Aos militares de carreira e filhos do povo fardados consente-se que se batam em sujas guerras coloniais, em preveito do grande capital e dos roceiros. Recebem ordens dos arrogantes oficiais belicistas estrangeiros; que reprimem com violência inaudita as mais pacíficas manifestações de desagrado, partam donde partir, seja dos trabalhadores em luta por melhores salários, seja dos estudantes em luta pela autonomia da Universidade, dos seus direitos associativos; seja das mulheres em luta pela paz, em defesa dos seus filhos, dos seus maridos ou entes familiares que não querem ver mortos, estropiados nas guerras coloniais, de militares ou do povo em geral. (...)

Um regime que se apoia na violência, que não consente a mínima actividade que se lhe oponha sem logo lançar mão da repressão, exercendo pressão económica, nomeando comissões administrativas para os sindicatos, sociedades, associações legalmente constituídas, procede mesmo ao seu encerramento, espanca, prende e tortura, fecha deste modo todas as possibilidades duma solução pacífica.

Numa análise realista dos factos, salta à vista a imposição da necessidade do uso da violência para se pôr fim a um tal estado de coisas. É esta a posição defendida pelo Partido Comunista Português nos seus numerosos documentos, quando indica o caminho do levantamento nacional, da insurreição armada para se derubar o regime, posição mais uma vez defendida com clareza no seu Programa, que caracteriza a revolução como Democrática e Nacional na actual etapa histórica do nosso País».

Alvaro Veiga de Oliveira

Destacado militante do Partido Comunista Português. Preso em Dezembro de 1965 em Lisboa, encontra-se encarcerado na Fortaleza de Peniche. Selvaticamente espancado e torturado pela PIDE, esteve 37 dias na tortura do sono, dos quais 17 sem interrupção, recusando-se a prestar declarações sobre a sua actividade de militante revolucionário. No tribunal, Veiga de Oliveira denunciou os crimes da PIDE e a política do governo fascista, defendendo, ao mesmo tempo a linha política do Partido.

Extractos da sua intervenção no Tribunal Plenário de Lisboa, em 21 de Junho de 1966.

« Fui preso no dia 20 de Dezembro de 1965 pelas 20 horas. Levado para uma das salas de interrogatórios do último andar do edifício da PIDE, na rua António Maria Cardoso, aí permaneci até ao dia 26 de Janeiro cerca das 18 horas. De 20 de Dezembro a 7 de Janeiro, durante 17 dias e noites consecutivas e algumas horas, não me permitiram dormir ou deitar; depois deram-me cama durante três noites e, novamente, inicieei um período de vigília de 9 a 16 de Janeiro, sendo, destes 7 dias, 5 continuamente de pé; deram-me novamente cama na noite de 16 para 17 e no dia 17 comeceei novo período de vigília a « estátua » até ao desmaio que sobreveio na madrugada de 23 de Janeiro e durante várias horas. Até 26 deixaram que dormisse normalmente e passei novamente a dispôr de cadeira durante o dia. Em 26 de Janeiro pelas 18 horas mandaram-me para o reducto norte de Caxias.

É necessário acrescentar que, durante esses 37 dias iniciais a polícia não se limitava a não me deixar dormir, ou obrigar-me a estar de pé, ou a ameaçar-me de morte, não, bateu-me quando quiz e como quiz. As orelhas incharam-me até ficarem grandes como punhos, fechando completamente o canal auditivo, e insensibilizando-me a ponto de não sentir qualquer dor ao tomar em cada orelha uma injeção de 3 cm3.

Quase 6 meses decorreram e continuam deformadas, não recuperando ainda a capacidade auditiva anterior.

Certamente este tribunal e V. Exas. Drs. Juizes, já ouviram pela milésima vez histórias semelhantes.

Nem um certo ineditismo que há nos 17 dias e algumas horas consecutivamente sem dormir que, segundo a opinião, certamente a balizada, do sub-director da PIDE, Sachetti,

« constituem novo record », me levaria a relatar-lhes o que comigo se passou, nem penso inspirar compaixão a ninguém. Tão pouco tenho ilusões sobre os efeitos que este meu relatório provoque. Se o faço é porque, devendo respeito a mim próprio e aos meus concidadãos, sinto meu dever denunciar claramente e mais uma vez os métodos da PIDE.

Dir-se-á que todas as polícias, políticas ou não, empregam métodos semelhantes, o que não é verdade. Mas, o importante é ser neste caso evidente que a responsabilidade de tais métodos não pode imputar-se unicamente aos agentes ou à corporação policial. Não. Fôra eu um caso isolado e talvez pudessemos contentar-nos com a limitação das responsabilidades aos executantes, mas o meu caso pode considerar-se o normal neste regime. E, assim, perante a forma pacífica como tais coisas se passam, teremos de tirar uma primeira conclusão: julgar responsáveis não só os agentes a PIDE, mas também, em maior grau, todas as autoridades que lhe são hierarquicamente superiores, começando naturalmente pelo governo do Estado que continua a chamar-se de Novo. (...).

É justo dizer-se que a PIDE, durante os 37 dias de tortura, não me apontava só a morte como saída. Não. Oferecia-me também a liberdade. A liberdade sem restrições, aqui ou no estrangeiro. Em troco pedia-me tão só que traísse. Sei que me dariam a liberdade porque a deram já várias vezes em casos que são públicos e notórios. E se isto digo é para lembrar que a PIDE, enviando a julgamento com ou sem provas aqueles que não traíem nem renegam, arvorar-se em julgador supremo, em poder discricionário, e põe em liberdade os que renegam e traíem o que antes diziam defender.

Daqui uma segunda conclusão: este tribunal

julga menos os indivíduos por provadamente terem desenvolvido actividades contra a segurança do estado do que por não renegarem os seus ideais e os seus camaradas. Também por isto, vou ser julgado e condenado. Também por isto a condenação será para mim uma honra.»

Numa segunda audiência, disse ainda o camarada Veiga de Oliveira:

(...).

«Nós, comunistas portugueses, lutamos pela destruição do Estado fascista, do estado dos monopólios, dos seus associados estrangeiros e dos latifundiários. Lutamos pela instauração em Portugal dum Estado que, para ser verdadeiramente democrático e nacional, só pode ser a expressão do poder político da classe operária e dos seus aliados. Lutamos pela construção do socialismo e do comunismo em Portugal.

Porque, Srs. Juizes, não é novidade para ninguém que o Estado vigente significa a exploração dos muitos que nada têm e tudo produzem, pelos poucos que tudo têm e nada fazem.

É contra este estado de coisas que lutam os comunistas, é contra este estado de coisas que as melhores consciências se revoltam, é contra este estado de coisas que a classe operária e as massas populares lutam diariamente, e, fortes da organização que forjam nessa mesma luta, se levantarão em insurreição nacional, cuja vitória, ninguém e nenhuma força poderão impedir.

Srs. Juizes, acusam-nos também de defendermos a completa independência para os povos das colónias portuguesas. Hoje já quase ninguém aparece a sustentar, pelo menos em termos claros, a defesa do colonialismo. No nosso caso apressaram-se os responsáveis a mudar a terminologia e a transformar as colónias em «províncias ultramarinas». Aos movimentos insurreccionais e patrióticos dos povos das colónias, chamou-se «invasão de bandoleiros a soldo de interesses internacionais mais ou menos inconfessáveis». Neste como em outros casos, a mudança nas palavras não altera nada nas coisas.

Poder-se-á dizer que em Portugal há liberdade de opinião e de associação, que este julgamento mesmo, prova o contrário; poder-se-á dizer que as colónias são «províncias»

e que os povos coloniais são tão portugueses como os minhotos ou os algarvios que a verdade não anda ao sabor das opiniões. Eu que vivi em Angola durante 13 anos sei exactamente o significado das expressões, «províncias ultramarinas» e «comunidade racial». O que em Angola vi sempre foi exploração desenfreada e bestial do negro, a ponto de o tratarem mais como um animal doméstico do que como pessoa humana.

Também dizem ou pretendem, que são os interesses da Pátria portuguesa que estão em causa nas colónias ou «províncias ultramarinas». Se entendermos por pátria a pátria dos monopolistas, certamente teremos de estar de acordo. Mas para nós, comunistas, a Pátria é a da classe operária portuguesa, é a dos camponeses e de todos os trabalhadores portugueses, e para essa pátria, o benefício está na independência e liberdade para todos os povos, inclusivé os povos das colónias portuguesas. Relações de amizade entre o povo português e os povos das colónias só são possíveis quando ambos disporem livremente do seu destino.

Srs. Juizes, este julgamento vai terminar com a minha condenação a uma pena pesada. De resto a aplicação das «medidas de segurança» é na prática a possibilidade da prisão perpétua. Não temo a condenação nem a inclemência que usardes porque tenho por mim a verdade; tenho por mim a vontade e a opinião da maioria do povo português; tenho por mim a força invencível da revolução triunfante que se avizinha; tenho por mim o futuro. Hoje mesmo, a estas horas, camaradas meus, muitos entre os melhores filhos do povo, circulam nas ruas, preparam-se para uma reunião, levam a imprensa do Partido às massas, educam-nas, preparam-nas para o combate, organizam-nas na luta por melhores condições de vida, encaminhando-as para a batalha decisiva.

A minha prisão em nada altera a marcha da revolução. A todos a esses que sem regatearem sacrificios continuam a luta pelo futuro da Pátria portuguesa, aos combatentes pela causa da classe operária do povo português, eu saúdo e lhes digo:— bom trabalho, camaradas!

VIVA O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

Adelino Pereira da Silva

Membro do Partido Comunista Português desde muito jovem. Nasceu sob a ditadura fascista e viveu a maior parte da sua infância e juventude na clandestinidade juntamente com seus pais, então militantes clandestinos.

Ao ser preso em Janeiro de 1963, como funcionário do Partido, foi torturado pela PIDE, recusando-se firmemente a prestar quaisquer declarações.

Publicamos extractos da sua contestação escrita enviada ao Tribunal que o condenou em Janeiro de 1964, a 4,5 anos, pena que já terminou em Fevereiro de 1968. O fascismo mantém-o preso ao abrigo das celeradas medidas de segurança.

« Segundo o despacho de pronúncia, acusam o Partido Comunista Português, o meu Partido, de ser uma « associação secreta, ilícita e subversiva »: Antes de mais cumpre-me demonstrar a falsidade desta acusação. O Partido Comunista Português, os comunistas portugueses lutam conseqüente e intransigentemente pela libertação do povo português, pela instauração das liberdades democráticas no país, pela construção duma nova sociedade em Portugal: a sociedade socialista. Em Portugal a vontade da grande maioria da Nação não é respeitada; em Portugal não existem as liberdades democráticas fundamentais: o direito à constituição de Partidos políticos, à liberdade de associação, de reunião, de expressão do pensamento, de imprensa; em Portugal, os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, subscrita também pelo governo de Salazar, são desrespeitados e espesinhados; em Portugal o direito à greve — direito inalienável de todos os trabalhadores — e as liberdades sindicais mais elementares foram igualmente suprimidas; em Portugal as perseguições constantes aos patriotas, os encarceramentos massivos, as torturas a que se está sujeito, e por vezes até o assassinato, tal é o caso ainda recente do talentoso escultor português José Dias Coelho, membro do glorioso Partido Comunista Português, assassinado a tiro numa rua de Lisboa pela polícia política de Salazar (PIDE) e de tantos outros patriotas que têm dado as suas vidas ao longo dos anos em defesa da libertação do povo português, em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores portugueses; em Portugal as pacíficas manifestações de rua e outras são brutalmente reprimidas; em Portugal as « eleições » na vida política da Nação são autênticas burlas e fantochadas e uma prova disso foram as « eleições presidenciais de 1958.

O PCP é o Partido da classe operária, do campesinato e de todos os trabalhadores por-

tugueses manuais e intelectuais, é o seu dirigente máximo, a sua vanguarda mais consciente, e os comunistas portugueses sentem imenso orgulho de pertencerem a tão glorioso Partido. O PCP não é uma « associação secreta, ilícita e subversiva » o PCP pelo contrário pretende com a sua actividade, levar a toda a parte da Nação, a todos os trabalhadores portugueses a sua linha política e o seu programa. Se o PCP fosse uma « organização secreta », não procuraria criar raízes profundas de ligação com o povo, não procuraria criar raízes profundas de ligação no seio da classe operária, dos camponeses e de todos os outros trabalhadores do país, consciencializá-los, elevar o nível político e ideológico, não procuraria defender conseqüentemente os seus interesses de classe e não teria a preocupação constante de alargar os seus fileiras. Se o PCP vive nas condições de uma rigorosa clandestinidade não é, como atrás fica demonstrado por ser uma « associação secreta », mas sim porque a isso é obrigado pelas perseguições constantes, pelo poderoso aparelho repressivo salazarista e porque a legislação fascista o impede de desenvolver as suas actividades legalmente. (...)

A luta de classes em Portugal, tal como em todos os países capitalistas, põe frente a frente duas classes antagónicas; o proletariado e a burguesia. O proletariado, a imensa maioria da Nação, directa ou indirectamente ligado à produção de bens materiais, vive a braços com mil e uma dificuldades, cada vez mais acentuadas, dado que os salários, jornas e ordenados que auferem são miseráveis em relação ao custo de vida. Condição de trabalho e métodos de exploração esgotantes são engendrados pelo capital nas empresas, nos campos e em todos os locais de trabalho, através da introdução de novas maquinarias, das multas, das horas extraordinárias, dos descontos e outros processos mais; a saúde de milhões de trabalhadores é arruinada; os direitos sindicais e políti-

cos não são tidos em consideração. Ao contrário, a burguesia monopolista e reaccionária — a infima minoria da Nação — leva uma vida parasitária, não lhes faltando absolutamente nada nos seus luxuosos palacetes, à custa da brutal exploração das classes trabalhadoras. (...)

São muitos os problemas com que se debate a classe operária portuguesa, e para os resolver não dispõe de quaisquer organizações legais. Se os operários reúnem para discutir quaisquer problemas reivindicativos ou profissionais, essas reuniões, ao ser descobertas, são assaltadas pelos agentes da repressão fascista e os seus participantes imediatamente encarcerados.

Os sindicatos ditos nacionais, desde a sua fascização em 1933 pelo governo de Salazar, passaram a ser controlados por « direcções sindicais » que nada têm de representativo e de comum com os interesses das classes trabalhadoras. As « eleições » sindicais são autênticas burlas (...). Quando mercê duma luta persistente os operários de determinada classe conseguem eleger uma lista da sua confiança, essa lista ou não é homologada ou aos operários que a constituem são postas dificuldades de toda a espécie e durante o exercício do seu mandato (...)

As greves, ou quaisquer outra manifestação dos trabalhadores na defesa dos seus interesses de classe, são imediata e brutalmente reprimidas e sempre que aqueles trabalhadores mais corajosos impelem qualquer movimentação de massas por melhores salários, jornadas e ordenados, por melhores condições de vida, são procurados activamente pela policia salazarista, encarcerados e mal tratados. (...)

A apregoada « reorganização » e « condicionamento » da indústria, medidas adoptadas pelo governo fascista de Salazar de protecção aos interesses da grande burguesia, visam de facto, o desenvolvimento dos monopólios. (...)

O aparecimento inevitável de novas unidades monopolistas e o desenvolvimento das já existentes, traz como consequência mais importante o aumento dos processos de exploração do proletariado e o consequente agravamento da sua situação e produz simultaneamente, e em grande escala, um fenómeno que vai atingir de forma dolorosa muitos milhares de portugueses — a ruína dos pequenos e médios industriais.

No plano agrícola, identico processo de « desenvolvimento » se está a verificar. Com efeito, também nos campos, ao desenvolver-se o capitalismo provoca o agravamento da situação do proletariado agrícola e o aumento da ruína dos pequenos e médios produtores que, pelas razões já atrás apontadas, acabam por ter de hipotecar e vender as suas terras, in-

capazes de sobreviver à luta desigual que têm de sustentar com a grande burguesia agrária.

O Partido Comunista Português, os comunistas portugueses, são pela autodeterminação e independência nacional dos povos das colónias portuguesas.

As transformações operadas nos últimos anos, em resultado inevitável da evolução histórica da sociedade humana originaram em todo o mundo um forte movimento anticolonialista. (...)

Entretanto, Portugal continua a querer desconhecer as realidades históricas e a seguir a sua política de subjugação dos povos de Angola, Moçambique, Guiné, etc. Os governantes fascistas, obstinados na defesa dos interesses dos grandes capitalistas, continuam a oferecer ao mundo o triste exemplo de governarem um país que, sendo opressor, é simultaneamente um país oprimido. (...)

Os trabalhadores portugueses, todo o povo português, condenam a guerra em que o governo fascista se lançou, condenam o sacrificio da sua juventude em defesa dos interesses dos monopolistas, condenam o extermínio massivo, as violências e todas as atrocidades de que estão a ser vítimas os patriotas angolanos e das outras colónias. (...)

O PCP há já muitos anos que tomou posição inequívoca frente a este grave problema, há já muitos anos que vem desmascarando a odiosa política colonialista do governo de Salazar e defendendo o direito dos povos das colónias à sua completa independência. Porque é esse o caminho de quem ama e defende a Liberdade, a Democracia e a Paz no mundo.»

A guerra colonial decidir-se-á pela vitória dos povos que lutam pela sua independência. O PCP, todos os comunistas portugueses, tudo farão para, ao lado das outras forças democráticas do país, lutarem por esses objectivos patrióticos. O PCP, todos os comunistas portugueses sabem que « não pode ser livre um povo que oprime outros povos » e lutarão abnegadamente para libertar Portugal da opressão fascista, contra o colonialismo, pela democracia, pelo socialismo, pela paz.

Por ter abraçado tão nobres ideais, os ideais comunistas, e por querer contribuir com o meu esforço para os tornar realidade no nosso país, há muito, como todos os meus camaradas, sujeito a perseguições, vivi na rigorosa e dura clandestinidade a que o fascismo votou o meu Partido, o Partido Comunista Português; fui preso, espancado e sujeito à violenta tortura do sono (que consiste em estar dias e noites seguidas sem dormir), tendo adoecido gravemente dos pulmões, estou encarcerado em péssimas condições prisionais e, finalmente, serei submetido ao vexame de ser julgado por um Tribunal ilegal, porque existe contra a vontade do povo e para condenar os filhos do povo. Serei condenado a longos anos de prisão — com as arbitrarias medidas de segurança — mas não me vergaram, nem me vergarão, porque um comunista nunca ninguém o verga, porque um comunista tem a certeza da vitória final.

Olivia Sobral

Uma das muitas mulheres comunistas encarceradas pela ditadura fascista nos últimos 40 anos.

Preso por duas vezes, já cumpriu cerca de 8 anos de cadeia. A sua saúde encontra-se extremamente abalada, sujeita a constantes ataques e desfalecimentos na prisão de Caxias onde se encontra.

A sua actividade e conduta como trabalhadora destacada, como mulher e mãe comunista, merece ser apontado como exemplo a seguir.

Publicamos a seguir alguns extractos da sua contestação escrita apresentada ao tribunal que a julgou em Outubro de 1964. Condenada a 3 anos e 3 meses, já cumpriu esta condenação há mais de dois anos, encontrando-se porém ainda presa ao abrigo das « medidas de segurança ».

« Fui operária corticeira; os meus pais eram camponeses; os meus irmãos são operários corticeiros. Todos começamos a ser explorados pelos patrões aos 8, 9 e 10 anos. Desde essa idade que começamos a conhecer a nossa vida de miséria e as dificuldades.

Vi muitas vezes a minha mãe chorar quando lhe pedíamos pão.

Apesar dos meus 8 anos de idade fui obrigada a ir pedir as sobras que os outros já não queriam ou teriam guardado para os seus cães. Comigo iam os meus 5 irmãos mais pequenos, enquanto os meus pais iam para o campo largar pingas de suor para os seus exploradores que lhes pagavam uma miséria de 3\$00 à minha mãe e 8\$00 ao meu pai. Eram ao todo 11\$00 para sustentar 8 filhos; tínhamos que pagar a renda da casa. Muitas vezes vi a minha mãe desmaiar enfranquecida com fome.

O que se passava em minha casa era exactamente o que se passava em casa dos trabalhadores do campo que eu conhecia. Aos 9 anos fui trabalhar para casa dos exploradores que exploravam os meus pais há anos, onde estive até aos 10 anos. Dos 10 aos 12 anos fui trabalhar para o campo ganhar 2\$00 por dia. Com esta idade ainda não compreendia como os trabalhadores eram tão torturados, porque passavam tanta fome e miséria e porque eram, como eu, obrigados a trabalhar de sol a sol.

Aos 12 anos fui trabalhar para uma fábrica de cortiça onde senti a mesma exploração. Os patrões aplicavam castigos e despediam os operários. Nesta fábrica trabalhavam outras crianças como eu. Trabalhei aqui 10 anos e a seguir fui despedida por pedir melhores condições de trabalho. Ao fim de dois meses fui readmitida em consequência da luta solidária dos meus companheiros. Os patrões ameaçavam-me e chamavam-me a Maria da Fonte e comunista. Eu não conhecia quem era a Ma-

ria da Fonte, nem conhecia o Partido Comunista Português. Foram os patrões, que, ao falarem assim, me fizeram pensar no Partido Comunista a que hoje pertença. Comecei a pensar que o Partido Comunista defende os interesses dos trabalhadores, pois se a mim me chamam comunista com certeza que os membros do Partido devem ser pessoas sérias e exploradas como eu. Mais tarde quando tive a felicidade de encontrar o PCP verifiquei que era assim. Não encontrei só no PCP pessoas sérias e honradas como conheci nelas as mais abnegadas e defensoras dos interesses dos trabalhadores.

Casiei-me aos 19 anos. O meu marido, José Carlos, era operário como eu. A nossa vida tornou-se cada vez mais dura e as dificuldades aumentaram: o custo de vida subia, os salários mais baixos e às vezes não havia onde ganhar um tostão. Perguntava a mim própria porquê isso se passava assim, nós que trabalhamos tanto, não temos nada, passamos fome, enquanto os que não fazem nada têm tudo o que querem. A resposta só a encontrei quando encontrei o Partido Comunista Português, o Partido da classe operária. Foi através duma vida de miséria e de luta que encontrei o PCP e foi devido à luta contra a miséria que eu e o meu marido fomos forçados a deixar a nossa terra (Santiago do Cacém) para fugir às perseguições policiais.

Fui presa em 1957, denunciada pelo patrão onde trabalhava, quando, com outras operárias, reclamava o pagamento das horas extraordinárias que o patrão não pagava. Os meus companheiros fizeram greve 3 dias de protesto. Fui julgada em 1958 e condenada a 15 meses de prisão. Saí em liberdade em 1959.

Em 7/5/63 fui de novo presa com o meu marido e uma filha de 20 meses. Eram 5 horas da madrugada quando 10 agentes da PIDE me arrombaram a porta de pistola em punho. A polícia espancou logo ali em casa o meu ma-

rido por ele dizer que eramos funcionários do PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores que lutam para que todos os portugueses tenham pão e trabalho.

Meteram-me numa sala em Caxias. Não me deram lençóis. Exigi-os pois, sobretudo a minha filha precisava de lençóis. A polícia recusou-se. No dia 28/5 fui ao médico com a minha filha exigir melhor comida para ela. Junto do médico estava o director da cadeia, Gomes da Silva, que disse não autorizar dieta para a miúda. Eu respondi que ele era o responsável pela saúde da menina. Como via agravar-se dia a dia a saúde da minha filha e sem assistência, tive uma crise de nervos. Como estava grávida de 3 meses, tive um aborto, perdendo assim um filho, uma vida que a PIDE roubou como tantas outras.

A minha filha chorava de dia e de noite por não poder dormir com as mantas ásperas junto do corpinho. Nas cadeias da PIDE todos recebem o mesmo tratamento; somos castigados severamente por rirmos, por chorarmos ou cantarmos. Quando o meu filho foi para a guerra colonial, a 25/1/64, eu vi passar o barco onde seguia, talvez para sempre. Chorei, fui ameaçada pelos carcereiros com o segredo, só por chorar o meu filho. Respondi que o governo roubava-me o filho para o atirar para o campo da morte, para defender os

interesses dos colonialistas. Fui castigada com 8 dias. Castigados deviam ser os responsáveis pela guerra injusta contra os povos das colónias, castigados deviam ser o governo e os seus patrões americanos que mandam os nossos filhos para Angola, Moçambique e outras colónias. Esta guerra só tem servido para aumentar o luto, o custo de vida e a fome.

Acusam o meu Partido de ser ilegal, subversivo, que tenta derrubar o regime por meios violentos. O meu Partido não é secreto porque dá a conhecer ao povo os seus métodos de luta através do seu Programa e dos seus Estatutos. O meu Partido, pela justeza da sua luta, é apoiado e conhecido, não só pelo povo português, como pelos povos do mundo. (...)

Violência e terror exerce o governo e a polícia — a PIDE — quando prende e espanca os manifestantes na rua; quando assalta as casas dos comunistas e de outros democratas de pistolas e metralhadoras em punho; quando mata patriotas na sede da PIDE. A morte de muitos patriotas jamais ficará esquecida e ficará para sempre no coração do povo. Bento Gonçalves, Militão Ribeiro, Alfredo Caldeira, José Dias Coelho, Catarina Eufémia, Candido Capilé e tantos outros que a PIDE tem roubado a vida serão vingados e os seus nomes são bandeiras do nosso povo na luta por uma vida melhor».

António Graça

Jovem comunista, preso como funcionário do Partido em 1964 no decorrer da actividade com vistas à preparação do 1.º de Maio desse ano.

Barbaramente espancado pela PIDE, recusou-se a prestar qualquer declaração.

Publicamos extractos da sua intervenção no Tribunal que o julgou em Dezembro de 1964 e da contestação escrita que enviou a esse tribunal.

Condenado a 5 anos, já terminou a pena encontrando-se preso sob a alçada das celeradas «medidas de segurança».

Juiz: Estou informado por mais duma fonte que um ou mais réus vem com ideias de perturbar o ambiente deste tribunal. Se assim acontecer serei obrigado a tomar medidas contrárias ao que desejo. Levante-se o réu António dos Santos Graça. (A seguir o Juiz faz-lhe várias perguntas sobre a sua identificação e vida profissional. O camarada diz o seu nome e recusa-se a responder ao resto).

Juiz: Mas o senhor dantes não trabalhava?

Graça: O tribunal não tem nada que saber o que fazia e não fazia.

Juiz: Sabe que é acusado de pertencer e ser funcionário do Partido Comunista Português?

Graça: Pertenço com muita honra ao Parti-

do Comunista que defende os interesses dos trabalhadores e do povo português. (O Juiz manda calar o camarada).

Graça: Não me posso calar. Estou a ser julgado como comunista, tenho que explicar porque sou comunista, só assim poderei desmascarar o regime fascista. Sou um jovem que fiz 25 anos na cadeia. Durante 3 meses e 21 dias sofri bárbaros espancamentos. O agente Tinoco, para me obrigar a levantar do chão, deu-me choques eléctricos com um agulhão. O próprio director da PIDE pôs os pés em cima do meu estômago. Fui atirado ao ar, caindo desamparado do chão. Meteram-me no segredo de Caxias, sem luz, sem colchão e sujeito à fome.

Juiz: Isso não me interessa.

Graça: Não lhe interessa, mas é seu dever interessar-se por isso. Devia ser seu dever exigir que a PIDE ponha fim às torturas a que são submetidos os filhos do povo. Só aos fascistas estes problemas não interessam. (O Juiz manda-o calar e pergunta-lhe em seguida se ele tinha estado na Rússia e o que tinha aprendido lá. O camarada sem responder ao Juiz começou a elogiar a União Soviética, terminando dizendo:) É um país onde se respeita o povo, onde se goza de liberdade... (O Juiz manda-o novamente calar. O camarada ainda gritou:.) «Nós os comunistas estamos certos de que amanhã os réus serão os fascistas».

Extratos da Contestação escrita e enviada por António Graça ao Tribunal Plenário.

« (...) Recusei identificar-me, prestar declarações ou assinar qualquer documento na PIDE e manifestei sempre por esta a minha mais veemente repulsa. Fi-lo por vários motivos. Em primeiro lugar, porque quaisquer informações fornecidas à PIDE constitui para este um elemento que utiliza para reprimir o meu Partido e o povo português e deste modo atrasar a sua luta pela libertação. Em segundo lugar, porque isso contribuiria para entregar à PIDE outras pessoas, que assim ficariam sujeitas às mesmas torturas brutais por que eu estava passando. Depois por uma questão de dignidade pessoal. (...)

Sou acusado de ser membro e funcionário do Partido Comunista Português que diz a acusação ser uma «associação secreta ilícita e subversiva».

O PCP, partido do proletariado português é a força mais avançada na luta do povo português pela sua libertação, não é secreto. O PCP tem uns Estatutos e um Programa que são bem conhecidos do povo português, tem a sua imprensa, que fala dos problemas do povo e é lida pelo povo. O PCP tem uma Direcção cujos componentes são bem conhecidos e respeitados pelo povo.

O PCP não é ilícito. Perseguido há tantos anos por multidões de polícias, que dispõem de todos os recursos técnicos que querem (pagos com o que é roubado ao povo), presos e torturados muitos dos seus membros, assassinados outros, o PCP subsiste, ganha prestígio e engrandece-se dia a dia. Isto sucede porque o PCP está bem enraizado no povo, que o auxilia, que defende os seus membros das investidas policiais, que contribui para a elaboração da sua linha política e que acorre aos seus apelos. O PCP é portanto um partido do povo e para o povo existirá enquanto existir o povo e não é ilícito porque o povo é a mais alta instância de uma nação. (...)

(...) Somos acusados de subversão. É verdade que nós trabalhamos na clandestinidade — uma situação que suprimiu as mais elementares liberdades políticas, excepto para os

apaniguados do regime, a isso nos obriga. Para o fascismo é subversivo tudo o que não é fascismo — é esse o motivo.

Quem é secreto, ilícito e subversivo é o regime vigente.

É secreto porque tudo é ocultado ao povo. (...)

É ilícito porque tendo começado ilicitamente por um golpe militar, sem o apoio do povo e contra o povo, nunca mais deixou de ser. (...)

É subversivo porque espalha o terror pelo país e pelas colónias, suprime todas as liberdades políticas e os direitos da pessoa humana, prende, espanca e assassina mesmo qualquer pessoa ao mais ligeiro protesto. (...)

É bem evidente que não podendo o povo português suportar por mais tempo a situação humilhante em que se encontra e não lhe sendo permitido nenhuns meios pacíficos para o mudar, e sendo verdade que aos mais ligeiros protestos desaba sobre ela uma onda de repressão feroz, o povo português não terá outra solução senão recorrer à violência para se defender da violência e conquistar a liberdade. As responsabilidades que daí advirem não pertencem nem ao povo português nem ao Partido Comunista Português — é o regime vigente o responsável pelo que vier a acontecer. O povo português, o proletariado português e o seu partido, o Partido Comunista Português, bem desejariam uma solução pacífica para o problema político português, mas o regime actual fechou-lhes todas as portas. (...)

Quem são os comunistas todo o mundo o sabe. A sua obra documentada pela transformação em poucos anos de países atrasados em países altamente avançados — os países socialistas — onde foi extinta a fome, a prostituição, o analfabetismo e a injustiça e onde o povo vive uma vida livre e feliz, não engana ninguém. Os comunistas não trabalham por outra coisa que não seja a felicidade do povo e nada querem em troca. Foram assim os bolcheviques russos. São assim os comunistas portugueses — e eu não posso deixar de me sentir orgulhoso por pertencer às suas fileiras. (...)

Sei que vou ser condenado; mas isso não importa. Nunca a prisão ou mesmo a morte de um revolucionário acabaram com uma revolução. Karl Marx e Frederic Engels demonstraram há um século, que o capitalismo, pelas suas próprias contradições, cava ao mesmo tempo a sua sepultura e cria o seu coveiro — o proletariado — e está inevitavelmente condenado a desaparecer. A história não tem cessado de confirmar esta verdade.

Eu confio no futuro porque sei que o futuro é o comunismo. E confio igualmente nos meus camaradas, que lá fora «na noite fascista ateiam clarões duma alvorada», alvorada que já não vem longe e que há-de ser o começo duma grande nova vida, duma vida feliz para o povo português».

NOTA FINAL:

As defesas aqui publicadas são verdadeiros testemunhos de acusação contra o regime fascista de opressão e terror, que tiraniza o povo português há mais de quatro décadas (regime de que Salazar foi no passado o principal responsável e que, como fiel discípulo, M. Caetano prossegue actualmente).

Trasformando-se de acusados em acusadores pela sua atitude indomável ante a polícia e os tribunais fascistas, estes camaradas deram belos exemplos de conduta verdadeiramente revolucionária de que o Partido Comunista Português muito se orgulha. Estamos certos de que a valentia, a firmeza moral e política de que deram provas, próprias de verdadeiros comunistas na defesa do seu ideal político, iluminarão o caminho a muitos outros militantes revolucionários que no decorrer da luta antifascista venham ainda a ser presos.

Muitos outros camaradas actualmente presos, tais como, CARLOS COSTA, ILÍDIO ESTEVES, FRANCISCO CANAIS ROCHA, JOSÉ CARLOS, FERNANDA TOMÁS, COLÉLIA FERNANDES, JOÃO HONRADO e outros, tiveram igualmente uma firme conduta perante a PIDE e os tribunais fascistas. Não fazemos neste momento uma referência desenvolvida aos seus casos, por não dispormos dos elementos indispensáveis para isso.

Deixamos aqui registados os nomes de todos estes valentes militantes comunistas, conhecidos e amados pelas massas trabalhadoras e pelo povo português. Muitos destes nomes são igualmente conhecidos da opinião pública internacional que, em mais de uma ocasião, lhes tem manifestado a sua solidariedade. Estamos certos de que, em Portugal e no estrangeiro, os amigos dos presos políticos portugueses tudo farão para os defender e arrancar finalmente às garras dos opressores e carrascos fascistas.

Abril de 1969

Preço: 2\$50